

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Sérgio da Rocha Paris

**Os Impactos das Normas Internacionais de Contabilidade no
Ensino Superior de Ciências Contábeis no Município de São Paulo
em 2012**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

**São Paulo
2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Sérgio da Rocha Paris

**Os Impactos das Normas Internacionais de Contabilidade no
Ensino Superior de Ciências Contábeis no Município de São Paulo
em 2012**

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Ciências Contábeis e Atuariais, sob a Orientação da Professora Doutora Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos.

**São Paulo
2012**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos

Orientadora

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Prof. Dr. Octávio Ribeiro de Mendonça

Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

Prof. Dr. Antonio Robles Junior

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Dedico este trabalho:

À Deus, com amor, afeto, gratidão e reconhecimento de
estar sempre ao meu lado.

Ao meu Pai Roberto (*in memorian*)

À minha mãe Maria Aurora (*in memorian*) com carinho,
amor e gratidão.

À Alcileide, minha esposa, com amor, carinho, gratidão,
compreensão, paciência e incansável apoio
no desenvolvimento deste trabalho.

Ao André, meu filho abençoado, sempre presente no dia a
dia , pela sua carinhosa demonstração de afeto e paciência.

AGRADECIMENTOS

Ao mestre Jesus Cristo, por estar ao meu lado em todos os momentos, proporcionando fé e perseverança durante essa caminhada.

À minha esposa Alcileide, pessoa maravilhosa que Deus fez cruzar o meu caminho, pelo amor, carinho, dedicação, paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu filho André, filho maravilhoso, pelo incentivo nos momentos mais difíceis e compreensão pela ausência nos momentos de pesquisa.

À minha mãe Maria Aurora (*in memoriam*), pelo carinho, amor, dedicação e ensinamento de valores inestimáveis.

Ao meu tio Antônio Bento, pelo amor, carinho, dedicação ensinamentos proporcionados e até apoio financeiro e ser até hoje um verdadeiro “paizão”, sem seu auxílio jamais chegaria onde estou.

Aos meus irmãos Adilson e Roberto

À minha querida orientadora Professora Doutora Neusa Maria Bastos Fernandes dos Santos, pelo incentivo desde o pré-projeto, dedicação, comprometimento, profissionalismo, paciência, estímulo e apoio no desenvolvimento desta dissertação.

Aos membros da banca examinadora: Prof. Doutor Octávio Ribeiro de Mendonça e Prof. Dr. Antonio Robles Junior, pelas valiosas sugestões e contribuições imprescindíveis para o aprimoramento e conclusão deste trabalho.

Ao Professor Doutor Roberto Fernandes dos Santos, Coordenador do Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Contábeis e Atuariais da PUC/SP, pela dedicação e profissionalismo com os alunos.

Aos Professores doutores Sérgio de Iudícibus, José Carlos Marion, Rubens Famá, Antonio Benedito de Oliveira, Napoleão Verardi Galeale, pelo esforço de compartilhar conhecimentos e pela amizade conquistada.

Ao grande amigo professor Ângelo Ripari, pela amizade e sugestões que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Professor Mestre Marcus Leandro Torrano Ignatti, pela amizade, companheirismo, incentivo e a oportunidade de iniciar na carreira docente.

Ao Professor José Carlos Sobral Maciel, pela amizade, incentivo e oportunidades oferecidas na minha carreira docente.

Aos Coordenadores que participaram da pesquisa, pela valiosa contribuição proporcionada na conclusão desta dissertação.

À todos os colegas de mestrado, pela amizade e trocas de experiências, em especial ao Márcio, Maria Alana, Paula Valéria, Armando Oka.

À Secretária do programa Lígia, pelo profissionalismo, dedicação e boa vontade que sempre me atendeu nas questões relacionadas à secretaria.

À todos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

*“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa
sem ensino”*

Paulo Freire.

PARIS, Sérgio da Rocha. **Os Impactos das Normas Internacionais de Contabilidade no Ensino Superior de Ciências Contábeis no Município de São Paulo em 2012** 101 F. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC/SP, 2012.

RESUMO

As normas internacionais de contabilidade tem o objetivo de padronizar as demonstrações financeiras a nível mundial devido à globalização das economias, o Brasil aderiu a estas normas com a edição das leis 11.638/07 e 11.941/09. Foram inseridas mudanças significativas na contabilidade brasileira a partir de 1º de Janeiro de 2008. O curso de Ciências Contábeis tem por objetivo oferecer ao estudante formação básica e profissional com solidez, visando a preparação do futuro profissional de contabilidade para enfrentar desafios e rápidas transformações sociais e do mercado de trabalho. Neste contexto, este estudo objetiva apontar a necessidade da adoção das normas internacionais de contabilidade na grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis em função de ser relativamente nova no meio acadêmico, no que se refere às disciplinas da grade curricular que contemplam normas internacionais, carga horária, padronização, disciplina específica, atuação dos órgãos de classe e atualização de professores, na percepção dos coordenadores de curso. Para tanto foi definido o referencial teórico com base nos conceitos históricos do ensino da contabilidade no Brasil, as normas internacionais de contabilidade, o papel do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com relação à metodologia, no presente estudo foi feita opção pela pesquisa descritiva, a participação dos coordenadores de cursos de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior denominadas faculdades do município de São Paulo com curso de contabilidade que não possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis em comparação com as instituições de ensino superior com curso de contabilidade que possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis. Para a realização da pesquisa foi considerada a população das vinte instituições que não possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis e as quatro instituições que possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis no município de São Paulo. A coleta de informações foi feita através de questionário enviado por e-mail aos coordenadores das instituições de ensino superior. Pode se concluir que não há um padrão quanto à adoção do conteúdo de normas internacionais de contabilidade na grade curricular do curso de Ciências Contábeis nas instituições de ensino superior pesquisadas; na comparação entre os dois grupos de pesquisa, as que possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis estão mais preparadas com o conteúdo de normas internacionais de contabilidade e embora os coordenadores de cursos pesquisados concordem que estas normas causaram mudanças significativas, ainda não houveram grandes impactos na grade curricular do curso.

Palavras-Chave: Normas Internacionais de Contabilidade, Grade Curricular, Curso de Ciências Contábeis, Instituições de Ensino Superior.

ABSTRACT

The international accounting standards is intended to standardize the financial statements of the world due to globalization of economies, Brazil adhered to these standards with the issue of law 11.638/07 and 11.941/09. Significant changes were inserted in Brazilian accounting from 1 January 2008. The course in Accounting Sciences aims to provide the student basic and vocational training with solidity aiming the preparation of the future accounting professional to face challenges and accelerated social changes and labor market. In this context, this study aims to show the necessity of adopting international accounting standards in the curriculum grids of courses in Accounting Sciences in function of been relatively new in the academic environment, with regard to the subjects of the curriculum grid to include international standards, workload, standardization, discipline specific, performance of class institutions and upgrading of teachers, in the perception of course coordinators. To that end, was defined the theoretical framework based on historical concepts of accounting education in Brazil, the international accounting standards, the role of Accounting Pronouncements Committee. With respect to methodology, in the present study was made option for the descriptive research, the participation of the coordinators of courses in Accounting Science from higher education institutions called colleges of the city of São Paulo with accounting course that does not have master's program in Accounting in comparison with institutions of higher education accounting course that have master's program in Accounting Science. To conduct the study was considered a population of twenty institutions that do not have master's program in Accounting Science and the four institutions that have master's program in Accounting Sciences in São Paulo. Information gathering was done through a questionnaire sent by email to the coordinators of these institutions of higher education. It can be concluded that there is no standard as to the adoption of the contents of international accounting standards in the curriculum grids of the course in Accounting Science in the higher education institutions surveyed, the comparison between the two research groups, those with master's program in Accounting Science are more prepared for the content of international accounting standards and although the course coordinators surveyed agree that these standards have caused significant changes, still there were not major impacts on the course curriculum grid.

Keywords: International Accounting Standards, Curricular Grid, Accounting Science Course, Institutions of Higher Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – IES que não possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis.....	21
Quadro 2 – IES que possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis.....	22
Quadro 3 – Cronologia de Acontecimentos e Legislação do Ensino de Contabilidade..	29
Quadro 4 – Classificação de Instrumentos Financeiros.....	35
Quadro 5 – Fins e Meios.....	41
Quadro 6 – Vantagens e Desvantagens.....	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos Coordenadores – IES Grupo 1.....	48
Gráfico 2 – Gênero dos Coordenadores – IES Grupo 2.....	49
Gráfico 3 – Idade dos Coordenadores – IES Grupo 1.....	50
Gráfico 4 – Idade dos Coordenadores – IES Grupo 2.....	51
Gráfico 5 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Graduação – IES Grupo 1.....	52
Gráfico 6 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Graduação – IES Grupo 2.....	53
Gráfico 7 – Formação Acadêmica Completa: Nível Especialização(Lato Sensu)-IES Grupo 1.....	54
Gráfico 8 – Formação Acadêmica Completa: Nível Especialização(Lato Sensu)-IES Grupo 2	55
Gráfico 9 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Mestrado – IES Grupo 1.....	56
Gráfico 10 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Mestrado – IES Grupo 2.....	57
Gráfico 11 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Doutorado – IES Grupo 1.....	58
Gráfico 12 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Doutorado – IES Grupo 2.....	59
Gráfico 13 – Tempo de Exercício na Coordenação – IES Grupo 1.....	60
Gráfico 14 – Tempo de Exercício na Coordenação – IES Grupo 2.....	61
Gráfico 15 – Experiência profissional fora da coordenação – IES Grupo 1.....	62
Gráfico 16 – Experiência profissional fora da coordenação – IES Grupo 2.....	62
Gráfico 17 – Atuação profissional no mercado – IES Grupo 1.....	64
Gráfico 18 – Atuação profissional no mercado – IES Grupo 2.....	64
Gráfico 19 – Regime de Dedicação – IES Grupo 1	66
Gráfico 20 – Regime de Dedicação – IES Grupo 2.....	66
Gráfico 21 – Motivos – IES Grupo 1.....	68
Gráfico 22 – Motivos – IES Grupo 2.....	68
Gráfico 23 – Mudanças na Grade – IES Grupo 1.....	70
Gráfico 24 – Mudanças na Grade – IES Grupo 2.....	71
Gráfico 25 – Disciplina específica – IES Grupo 1.....	72
Gráfico 26 – Disciplina específica – IES Grupo 2.....	73
Gráfico 27 – Disciplinas da Grade Curricular – IES Grupo 1.....	74
Gráfico 28 – Disciplinas da Grade Curricular – IES Grupo 2.....	75
Gráfico 29 – Órgão de Classe – IES Grupo 1.....	76
Gráfico 30 – Órgão de Classe – IES Grupo 2.....	77
Gráfico 31 – Numero de Palestras – IES Grupo 1.....	78
Gráfico 32 – Numero de Palestras – IES Grupo 2.....	79
Gráfico 33 – Solicitação de Palestras – IES Grupo 1.....	80
Gráfico 34 – Solicitação de Palestras – IES Grupo 2.....	80
Gráfico 35 – Adaptações – IES Grupo 1.....	81
Gráfico 36 – Adaptações – IES Grupo 2.....	82
Gráfico 37 – Cursos – IES Grupo 1.....	83
Gráfico 38 – Cursos – IES Grupo 2.....	84
Gráfico 39 – Disciplinas de IFRS – IES Grupo 1.....	85
Gráfico 40 – Disciplinas de IFRS – IES Grupo 2.....	86
Gráfico 41 – Foco específico – IES Grupo 1.....	87
Gráfico 42 – Foco específico – IES Grupo 2.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gênero dos Coordenadores – IES Grupo 1.....	48
Tabela 2 – Gênero dos Coordenadores – IES Grupo 2.....	49
Tabela 3 – Idade dos Coordenadores – IES Grupo 1.....	50
Tabela 4 – Idade dos Coordenadores – IES Grupo 2.....	51
Tabela 5 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Graduação – IES Grupo 1.....	52
Tabela 6 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Graduação – IES Grupo 2.....	53
Tabela 7 – Formação Acadêmica Completa: Nível Especialização(Lato Sensu)-IES Grupo 1.....	54
Tabela 8 – Formação Acadêmica Completa: Nível Especialização(Lato Sensu)-IES Grupo 2	55
Tabela 9 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Mestrado – IES Grupo 1.....	57
Tabela 10 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Mestrado – IES Grupo 2.....	57
Tabela 11 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Doutorado – IES Grupo 1.....	58
Tabela 12 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Doutorado – IES Grupo 2.....	59
Tabela 13 – Tempo de Exercício na Coordenação – IES Grupo 1.....	60
Tabela 14 – Tempo de Exercício na Coordenação – IES Grupo 2.....	61
Tabela 15 – Experiência profissional fora da coordenação – IES Grupo 1.....	62
Tabela 16 – Experiência profissional fora da coordenação – IES Grupo 2.....	63
Tabela 17 – Atuação profissional no mercado – IES Grupo 1.....	64
Tabela 18 – Atuação profissional no mercado – IES Grupo 2.....	65
Tabela 19 – Regime de Dedicação – IES Grupo 1	66
Tabela 20 – Regime de Dedicação – IES Grupo 2.....	67
Tabela 21 – Motivos – IES Grupo 1.....	68
Tabela 22 – Motivos – IES Grupo 2.....	69
Tabela 23 – Mudanças na Grade – IES Grupo 1.....	71
Tabela 24 – Mudanças na Grade – IES Grupo 2.....	71
Tabela 23 – Disciplina específica – IES Grupo 1.....	72
Tabela 26 – Disciplina específica – IES Grupo 2.....	73
Tabela 27 – Disciplinas da Grade Curricular – IES Grupo 1.....	75
Tabela 28 – Disciplinas da Grade Curricular – IES Grupo 2.....	75
Tabela 29 – Órgão de Classe – IES Grupo 1.....	77
Tabela 30 – Órgão de Classe – IES Grupo 2.....	77
Tabela 31 – Numero de Palestras – IES Grupo 1.....	78
Tabela 32 – Numero de Palestras – IES Grupo 2.....	79
Tabela 33 – Solicitação de Palestras – IES Grupo 1.....	80
Tabela 34 – Solicitação de Palestras – IES Grupo 2.....	81
Tabela 35 – Adaptações – IES Grupo 1.....	82
Tabela 36 – Adaptações – IES Grupo 2.....	82
Tabela 37 – Cursos – IES Grupo 1.....	83
Tabela 38 – Cursos – IES Grupo 2.....	84
Tabela 39 – Disciplinas de IFRS – IES Grupo 1.....	85
Tabela 40 – Disciplinas de IFRS – IES Grupo 2.....	87
Tabela 41 – Foco específico – IES Grupo 1.....	87
Tabela 42 – Foco específico – IES Grupo 2.....	88

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA	Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BACEN	Banco Central do Brasil
BMF&BOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC/SP	Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IASB	International Accounting Standards Board
IASC	International Accounting Standards Committee
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil
IES	Instituição de Educação Superior
IFRIC	International Financial Reporting Interpretations Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UNIESP	União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo
UNIFECAP	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1.Contextualização.....	15
1.2.Problema da Pesquisa.....	17
1.3.Objetivos.....	18
1.3.1 Objetivo Geral.....	18
1.3.2 Objetivos Específicos.....	19
1.4.Justificativa.....	19
1.5.Delimitação da Pesquisa.....	20
1.6.Estrutura do Trabalho.....	22
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1.O Ensino da Contabilidade no Brasil.....	23
2.2.As Normas Internacionais de Contabilidade.....	30
2.2.1. As Principais Mudanças propostas pelas Normas Internacionais de Contabilidade.....	33
2.2.1.1 Princípios Gerais da Normatização:	34
2.2.1.2 Extinção do “não operacional” – Lei 11.941/09:	34
2.2.1.3 Critérios de avaliação do Ativo Circulante e Realizável à Longo Prazo:.....	34
2.2.1.4 Ajuste a valor presente:	35
2.2.1.5 Ativo não Circulante (nova classificação Lei 11.941/09):	35
2.2.1.6 Prevalência da Essência sobre a Forma:	36
2.2.1.7 Extinção do Grupo Ativo Diferido:	37
2.2.1.8. Redução de Valor Recuperável dos Ativos (impairment):	37
2.2.1.9. Resultados de Exercícios Futuros:	37
2.2.1.10. Procedimentos Contábeis e fiscais dos prêmios recebidos na emissão de debêntures, as doações e subvenções para o investimento (Lei 11.941/09):.....	38
2.2.1.11 Patrimônio Líquido:	38
2.2.1.12 Reavaliação de Ativos:	38
2.2.1.13 Sociedades de Grande Porte:	39
2.2.1.14 Novas Demonstrações Contábeis Obrigatórias:	39
2.2.1.15 Avaliação de Investimentos em Coligadas e Controladas:	40
3. METODOLOGIA.....	41
3.1.Considerações Iniciais.....	41
3.2.Natureza e Tipo de Pesquisa	41
3.3.População e Amostra.....	44
3.4.Método de Coleta de Dados.....	45
3.5.Procedimentos da Coleta de dados.....	45
4. Tratamento e Análise dos Dados.....	47
4.1.Considerações Iniciais.....	47

4.2. PERFIL DO COORDENADOR.....	47
4.2.1. Análise das Respostas	48
4.3. NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS	69
 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA PESQUISA FUTURAS	
Considerações finais.....	90
Sugestões para pesquisa futuras	91
 REFERÊNCIAS.....	 92
 REFERÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO.....	 94
 ANEXOS.....	 96

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A abertura da economia brasileira para o exterior colocou as empresas sediadas no Brasil em contato com economias mais avançadas, inclusive com títulos negociados com as bolsas de valores de maior movimento do mundo, e ao alcance de investidores sediados em outros países. Ficou muito claro que a diversidade de práticas contábeis entre as diversas economias representava um significativo custo extra e uma dificuldade a mais para a indispensável troca de informações e para a acomodação de posições. A necessidade, portanto, de harmonização das normas contábeis passou a fazer parte das preocupações dos principais organismos envolvidos com tais assuntos, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), e a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).

A edição das Leis 11.638/07 e 11.941/09 tratam da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS-*International Financial Reporting Standards*) e propõem mudanças significativas na contabilidade brasileira, a partir de 1º de janeiro de 2008.

A Resolução CFC nº 1.055/05 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade brasileira aos padrões internacionais". O CPC interpreta e traduz as IFRS e põe em prática no Brasil por meio de pronunciamentos.

O curso de Ciências Contábeis tem por objetivo oferecer ao estudante formação básica e profissional com solidez, visando à preparação do futuro profissional denominado "Contador", para enfrentar os desafios e as rápidas

transformações sociais do mercado de trabalho e condições para o exercício profissional da contabilidade.

Na visão de Mourad e Paraskevopoulos (2010, p.1), os IFRSs e suas interpretações são conhecidos como princípios que foram criados com o objetivo de implementar maior transparência nas demonstrações contábeis e proporcionar maior comparabilidade para diversas entidades em diferentes países e indústrias, fornecendo mais informações para a tomada de decisões pelos usuários dessas informações.

Para Ernest & Young e Fipecafi (2009, p. xxiii), a Lei 11.638/07 estabeleceu que as normas contábeis a serem expedidas pela CVM deverão ser “elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários”.

Essa determinação afeta os pronunciamentos que são emitidos pelo CPC e adotados pela CVM. Além disso, a adoção das normas internacionais de contabilidade para a preparação de balanços consolidados das empresas abertas exige aquisição de conhecimento imediato pelos contadores e demais profissionais do corpo gerencial das empresas, bem como pelos professores da área.

A empresa PWC ressalta a importância das normas internacionais de contabilidade em sua obra ao afirmar que (2010, p.13) o Brasil está entre os dez maiores mercados de capitais do mundo, e nos últimos anos vem ampliando seu poder de atração de investidores estrangeiros. Para que o país se mantenha atraente ao capital externo, é necessário que as empresas apresentem informações contábeis confiáveis e transparentes, fundamentais para a maturidade e credibilidade de nosso mercado de capitais.

Complementa, ainda, com a seguinte afirmação:

“a harmonização das práticas Contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, além de facilitar o acesso das empresas nacionais a fontes de financiamento externas, permite o entendimento das demonstrações financeiras neste importante momento de convergência das práticas contábeis brasileiras com as práticas contábeis internacionais (IFRS, 2010, p.13)”.

A nova legislação trouxe alterações na escrituração dos registros contábeis e mudanças na divulgação das demonstrações financeiras das empresas, obrigando o profissional de contabilidade a atualizar-se sobre essas regras.

Nesse sentido, o ensino das Normas Internacionais de Contabilidade merece especial atenção, pois o mercado exigirá um profissional atualizado e preparado para a nova realidade.

As Instituições de Ensino Superior (IES) do curso de Ciências Contábeis também terão que adaptar suas grades curriculares à nova realidade, com o objetivo de formar o profissional atualizado e preparado para o mercado.

1.2. Problema da Pesquisa

Com base nos conceitos apresentados e nos estudos empíricos realizados, que apontam a necessidade da adoção de normas internacionais na grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis, em função de ser relativamente novo no meio acadêmico, o seguinte problema irá nortear a presente pesquisa:

A estrutura da grade curricular do curso de Ciências Contábeis contemplam as mudanças ocorridas com a adoção do Brasil às normas internacionais de contabilidade?

Segundo Luna (2009, p.31), um dos recursos úteis no detalhamento do problema de pesquisa é o destrinchar da formulação inicial, buscando destacar as respostas que o pesquisador gostaria de obter ou, pelo menos, indicar quais aspectos do fenômeno a estudar ele julga necessário cercar.

Na visão de Vergara (2006, p. 21), problema é uma questão não resolvida, é algo para o qual se vai buscar resposta, via pesquisa. Uma questão não resolvida pode estar referida a alguma lacuna epistemológica ou metodológica percebida; a alguma dúvida quanto à sustentação de uma afirmação geralmente aceita; a alguma necessidade de pôr à prova uma suposição; a interesses práticos; à vontade de compreender e explicar uma situação do cotidiano, ou outras situações.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 111), “o problema consiste num enunciado explicitado de forma clara, compreensível e operacional, cujo melhor modo de solução é uma pesquisa, ou pode ser resolvido por meio de processos científicos”.

Para investigar o problema, deverão ser respondidas as seguintes questões:

- (a) A instituição de ensino adota disciplina específica para normas internacionais de contabilidade? Em caso positivo, a carga horária é suficiente?
- (b) Será necessário ensinar normas internacionais na maioria das disciplinas da grade curricular?
- (c) O professor está preparado para ministrar aulas com conteúdo das normas internacionais de contabilidade?
- (d) As IES da cidade de São Paulo que possuem curso de mestrado têm melhor estrutura de professores e recursos que as faculdades da mesma cidade para ministrar conteúdo das normas internacionais de contabilidade, do ponto de vista dos coordenadores de curso?
- (e) Como as normas internacionais de contabilidade podem impactar a formação do futuro profissional de contabilidade?

1.3. Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Segundo Marion, Dias e Traldi (2002, p. 36), “o objetivo é a situação que se deseja ao final do período de duração do projeto, mediante a aplicação dos recursos e da realização das ações previstas”.

Para Vergara (2006, p. 24), objetivo é um resultado a alcançar. O objetivo geral, se alcançado, dá resposta ao problema.

O objetivo geral é conhecer a situação atual do ensino das normas internacionais de contabilidade, nas Instituições de Ensino Superior (IES) denominadas faculdades paulistas que não possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis e IES que possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis no município de São Paulo, e realizar uma comparação entre dois grupos:

Grupo 1 – IES com curso superior de Contabilidade que não possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis.

Grupo 2 – IES com curso superior de Contabilidade que possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para Marion, Dias e Traldi (2006, p. 37), os objetivos específicos detalham o objetivo geral e, à medida que os primeiros forem atingidos, convergirão para o alcance do segundo.

Os objetivos específicos deste trabalho constituem-se em:

- Identificar se há diferenças no ensino das normas internacionais de contabilidade nas IES paulistanas (Grupo 1 e Grupo 2).;
- Identificar se há uma padronização das instituições de ensino citadas, para o ensino das normas internacionais de contabilidade.

1.4. Justificativa

O ensino da contabilidade nas IES será a base do conhecimento para os futuros profissionais. A inserção de forma adequada das normas internacionais que trouxeram mudanças significativas no panorama da contabilidade no Brasil é um aspecto fundamental para a atuação do futuro profissional.

A pesquisa contribuirá com a formação do futuro profissional de contabilidade e explorar-se-á a adaptação das grades curriculares à nova realidade.

Realizar-se-á uma pesquisa comparativa entre a grade curricular das IES Grupos 1 e 2.

Na experiência do presente autor como professor de disciplinas de contabilidade nos cursos de Ciências Contábeis de instituições de ensino particulares, foi observado que os alunos, principalmente a partir do segundo semestre, têm uma ideia superficial sobre a importância das normas internacionais de contabilidade para o futuro profissional. Foi observado, também, que até o momento não há um padrão que estabeleça o ensino das normas internacionais.

Recentemente, em algumas ocasiões, o autor foi convidado para ministrar a disciplina de Contabilidade Intermediária e observou que os alunos, embora já estivessem cursado Contabilidade Introdutória I e II, não sabiam da importância das normas internacionais. Teciam apenas comentários superficiais e, em alguns casos,

o conteúdo por eles mencionado não confirmava se houve adaptações para as novas normas ou não.

Em outra ocasião, o autor foi convidado para ministrar Contabilidade Gerencial, disciplina do sexto semestre. Os alunos afirmaram ter poucos conhecimentos de normas internacionais, comentando que um ou outro professor falou sobre o assunto, mas que nenhum enfatizou a importância delas ou fez alguma comparação entre normas antigas e novas.

Diante das questões expostas, é relevante identificar e conhecer o que as instituições de ensino estão fazendo para implementar as normas internacionais de contabilidade nos cursos de Ciências Contábeis no país. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir com informações pedagógicas aos coordenadores e educadores, de modo a conscientizar esses profissionais a implementarem, o mais rápido possível, um padrão de ensino das normas internacionais de contabilidade nos cursos superiores de Ciências Contábeis.

1.5. Delimitação da Pesquisa

Segundo Koche (2002, p. 108), “a delimitação do problema de pesquisa define os limites da dúvida, explicitando quais variáveis estão envolvidas na investigação e como elas se relacionam”.

Koche complementa que o problema delimitado é uma pergunta inteligente que contém possíveis relações de uma possível resposta. O planejamento da sequência da pesquisa é feito para testar se as relações propostas são ou não pertinentes, tornando-se, pois, impossível planejar observações ou testes sem que o problema e suas variáveis estejam delimitados.

“Delimitação do estudo refere-se à moldura que o autor coloca em seu estudo. É o momento em que se explicita para o leitor o que fica dentro do estudo e o que fica fora. Já que a realidade é extremamente complexa, por um lado, e histórica, por outro, não se pode analisá-la em seu todo; logo, cuida-se apenas de parte dessa realidade”. (Vergara, 2006, p. 30),

Com relação à delimitação, esta pesquisa visa a analisar a abordagem das normas internacionais de contabilidade nos cursos superiores de Ciências Contábeis

das faculdades paulistas que não possuem programa de mestrado e as IES do município de São Paulo que ministram cursos de mestrado, do ponto de vista dos coordenadores de curso.

Dependendo da instituição de ensino, o assunto pode ser tratado em uma ou mais disciplinas da grade curricular do curso.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), desenvolvido pelo Ministério da Educação (dados de 2010) – o município de São Paulo possui oitenta IES denominadas faculdades, das quais vinte possuem curso presencial de Ciências Contábeis.

Quadro 1 – IES que Não Possuem Programa de Mestrado em Ciências Contábeis

Faculdades que oferecem cursos de Ciências Contábeis na cidade de SP
Faculdade Alfa (antiga Faculdade Joana D'Arc)
Faculdade Campos Elíseos
Faculdade Carlos Drummond de Andrade
Faculdade Centro Paulistano
Faculdade Chafic
Faculdade Cruz Azul
Faculdade das Américas
Faculdade de Educação e Ciências Gerenciais
Faculdade Escola Paulista de Direito
Faculdade Flamingo
Faculdade Interlagos de Educação e Cultura
Faculdade Oswaldo Cruz
Faculdade Santa Marcelina
Faculdade Santa Rita de Cássia
Faculdade Sudoeste Paulistano
Faculdade Sumaré
Faculdades Integradas Campos Salles
Faculdades Integradas Paulista
Faculdades Integradas Teresa Martin
Trevisan Escola Superior de Negócios

Fonte: Adaptado de INEP

De acordo com informações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – quatro Instituições de Ensino Superior (IES) possuem mestrado em Ciências Contábeis no município de São Paulo.

Quadro 2 – IES que Possuem Curso de Mestrado em Ciências Contábeis

IES com cursos de mestrado em Ciências Contábeis na cidade de SP
• Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – UNIFECAP
• Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP
• Universidade de São Paulo – USP
• Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

Fonte: Adaptado de CAPES

1.6. Estrutura do Trabalho

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos da seguinte forma:

- O Capítulo I refere-se à introdução, com a contextualização do tema, problema da pesquisa, objetivos, justificativa, delimitação da pesquisa e estrutura do trabalho;
- O Capítulo II abordará um referencial teórico com a evolução do ensino da contabilidade no Brasil e a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pela comunidade europeia e o processo de adesão do Brasil através da legislação e os órgãos de classe;
- O Capítulo III terá enfoque na metodologia que será utilizada, com coleta de dados por meio de um questionário aplicado aos coordenadores de curso das IES que não possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis (Grupo 1) e IES que ministram curso de mestrado (Grupo 2);
- O Capítulo IV apresentará o tratamento e a análise dos dados pesquisados, com gráficos comparativos, tabelas comparativas e análise das respostas dos dois grupos;
- Por último, serão apresentadas as considerações finais do autor, bem como sugestões para pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O Ensino da Contabilidade no Brasil

Para Ludícibus (2010, p. 15), a origem da contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do homem. Afirma que alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas há aproximadamente 2.000 anos a.C. É possível localizar os primeiros exemplos completos de contabilização seguramente no terceiro milênio antes e Cristo, na civilização Suméria e Babilônia (atualmente Iraque), no Egito e na China. Mas é provável que algumas formas mais rudimentares de contagem de bens tenham sido realizadas bem antes disto, talvez por volta do quarto milênio antes de Cristo.

Conforme Silva (2005, p. 55), o ensino no Brasil esteve a cargo das instituições religiosas por todo o período colonial. Quando os jesuítas foram expulsos em meados do século XVIII, pelo Marquês de Pombal, o Brasil viveu um período de carência escolar por quase setenta anos. Outras ordens religiosas, após a expulsão dos jesuítas, tentaram continuar o ensino público, mas estavam aquém de seus professores. Nessa época, a instrução primária oferecida pelo governo era fraca. Quanto à secundária, somente os seminários episcopais e civis ofereciam algumas disciplinas. Para continuar os estudos, o estudante deveria realizá-los em Portugal.

Segundo Silva (2005, p. 8-13), após a chegada da família real em 1808, e a abertura dos portos, intensificaram-se as transações comerciais, e estas, que eram intermediadas por Portugal, passaram a ser feitas no Brasil pela primeira companhia de seguros estatal. Com o desenvolvimento da manufatura nacional e as atividades agrícolas, o governo criou o Erário Régio (em 1821, teve seu nome alterado para Tesouro Público do Rio de Janeiro) para auxiliar o controle da arrecadação de tributos. O Erário Régio necessitava de pessoas com conhecimentos contábeis, e o principal responsável por essa função era denominado contador.

O autor citado prossegue expondo que, nessa época, também foram tomadas medidas quanto aos livros que deveriam ser adotados pelas províncias e autarquias e a forma de escriturá-los. A denominação “guarda-livros” surge em 27 de

abril de 1818, por intermédio de um decreto do reino, sem número, que cria este cargo na alfândega da cidade do Rio de Janeiro.

Uma das primeiras manifestações contábeis brasileiras, dentro do primeiro estágio de desenvolvimento, ocorreu no reinado de D. João VI, quando da instalação de seu governo provisório, na vinda da família real ao Brasil, em 1808.

Nesta data, foi publicado um alvará obrigando os contadores gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil (SHMIDT; SANTOS, 2008, P. 140).

Segundo Silva (2005), com o crescimento do número de guarda-livros, os profissionais da área decidiram criar uma associação de classe. As associações e sociedades eram aprovadas por lei. Assim, os estatutos do novo empreendimento foram submetidos à aprovação imperial, sendo aprovados em 18 de fevereiro de 1870, por meio do Decreto nº 4.475.

No Brasil, desde o início houve uma grande influência da legislação. A primeira foi o Código Comercial de 1850, que instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do balanço geral, evidenciando bens, direitos e obrigações das empresas comerciais. Não houve, nesse período, uma normatização de procedimentos contábeis, se estabeleceu apenas uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração e a obrigatoriedade de livros para esse fim.

Segundo Soares (2008, p. 51), com a regulamentação do mercado de capitais no Brasil, na década de 50, fica evidente a importância da contabilidade. Isso fez com que aumentasse a procura pelo curso, antes trocado por outros que proporcionavam mais status, como Direito e Medicina.

Para Iudícibus (2010 p. 21), essa realidade ocorreu no Brasil “devido à inoperância, até um passado recente, de nossas associações de contadores. O Governo teve que tomar a iniciativa”.

A primeira escola formal relacionada ao ensino de Contabilidade, segundo Martins, Silva e Ricardino (2007), foi a Escola Politécnica do Estado de São Paulo, fundada em 1894. De acordo com os autores, essa Instituição conferia aos alunos aprovados nas disciplinas que integravam o primeiro módulo do curso de engenharia, dentre essas a de Escrituração Mercantil, o diploma de Contador.

O primeiro curso específico de contabilidade surgiu em 1902, na Escola Prática de Comércio, posteriormente denominada Escola de Comércio Álvares

Penteado. Os primeiros professores formaram-se neste curso, com destaque para Francisco D'Ária e Frederico Hermann Junior (fundador da editora atlas).

Em 1907, foi fundada em São Paulo a Escola de Comércio Mackenzie College, com grande prestígio no meio educacional paulista. No entanto, não teve a mesma importância para o desenvolvimento da contabilidade como a Álvares Penteado.

Em 9 de julho de 1931, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de Contador. No entanto, a profissão contábil foi considerada carreira universitária em 1945, com a criação das faculdades de Ciências Contábeis.

Em 1940 foi publicado o decreto-lei nº 2.627, que instituiu a primeira das sociedades por ações brasileiras. O decreto trouxe procedimentos para a contabilidade nacional como, por exemplo, regras para a avaliação de ativos e para a apuração e distribuição de lucros; criou as reservas e determinou padrões para a publicação do balanço geral e da demonstração de lucros e perdas.

Esse decreto estabeleceu um instrumento de referência para a atividade dos contabilistas. Durante vários anos, essa legislação influenciou o ensino e a prática contábil no Brasil.

No ano de 1946, ocorreram dois grandes acontecimentos para o ensino da contabilidade brasileira: em 26 de janeiro, é fundada a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. É criado, também, o curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Inicialmente, esse centro de estudos contábeis teve a contribuição de alguns professores formados na Álvares Penteado, a exemplo do professor Francisco D'Ária.

A criação dessa faculdade originou um centro de pesquisa genuinamente nacional. Com contribuições relevantes para o desenvolvimento contábil nacional, no mesmo ano foram criados, também, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade, presentes no Decreto nº 9.295, de 27 de maio.

A influência da legislação no desenvolvimento dos procedimentos contábeis brasileiros ficou cada vez mais evidente ao longo dos anos, principalmente no Imposto de Renda.

O ensino da contabilidade brasileira é reconhecido até mesmo em termos mundiais por sua contribuição em períodos de inflação alta, a chamada "Escola da Correção Monetária".

Até o ano de 1964, o ensino da contabilidade no Brasil era realizado com base na escola italiana, que deu origem a diversas escolas, com destaque para a patrimonialista.

Para Shmidt e Santos (2008, P. 135), “A Contabilidade, para os patrimonialistas, foi considerada uma ciência com objeto bem determinado (o patrimônio), que utiliza nas suas investigações vários métodos, especialmente o método descritivo-estático, e que realiza os seus fins com o auxílio de diversos instrumentos (registros, livros, documentos, máquinas, cálculos aritméticos, etc.)”.

Os primeiros professores de destaque, a exemplo de Francisco D’Ária e Frederico Hermann Junior, eram patrimonialistas, com destaque no estudo da contabilidade como ciência, sem influências de órgãos regulamentadores.

A partir de 1964, o professor José da Costa Boucinhas introduziu um novo método de ensino da Contabilidade, adotando o método didático norte-americano baseado no livro “*Introductory Accounting*”, de Finney & Miller. Com essa mudança nos procedimentos didáticos, a influência das escolas de pensamento italianas foi sendo substituída pelos autores norte-americanos. Essa mudança de enfoque trouxe a publicação de um livro, em 1971, denominado Contabilidade Introdutória, escrito pela equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Esse livro, coordenado pelo professor Sérgio de Iudícibus, foi utilizado em quase todas as faculdades de Contabilidade brasileiras, influenciando no desenvolvimento da profissão contábil no Brasil.

Para Marion (2001, p. 39), uma das razões (entre as várias existentes) que no campo profissional propiciou a mudança da Escola Italiana para a Escola Americana foi a entrada das empresas de auditoria anglo-americanas, que acompanhavam as multinacionais recém-chegadas ao Brasil.

Complementa, ainda, que essas empresas, detentoras de manuais de procedimentos de auditoria em grupos empresariais, investiam em treinamento, forneciam profissionais de alto nível para elaboração de normas contábeis em nível de governo e influenciavam as empresas menores (e possivelmente até legisladores) com os novos procedimentos contábeis. Tudo isso contribuiu para a inversão do rumo contábil no Brasil.

Alguns estudiosos seguidores da escola italiana não concordaram com a mudança ocorrida no método de ensino de contabilidade para a Escola Norte-Americana, pelo fato de ter forte influência dos órgãos de classe daquele país.

Segundo esses pesquisadores, a exemplo do professor Antônio Lopes de Sá, eles diziam que em alguns aspectos a influência de tais órgãos de classe criava normas com forte tendência a privilegiar as informações para os investidores e usuários dos mercados de capitais. Em algumas situações, esse enfoque distorcia os aspectos da contabilidade como ciência, proposta da Escola Italiana.

A contabilidade brasileira teve novo estímulo legal em 1972, com a resolução nº 220 do Banco Central do Brasil (BACEN), com as circulares números 178 e 179. A circular nº 178 obrigou o registro dos auditores independentes no Banco Central do Brasil, registro exclusivo de contadores; a circular nº 179 tratou de Princípios e Normas de Contabilidade, específica para Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos. Essa circular trata da aplicação prática dos princípios técnicos. Sua importância foi a padronização das demonstrações contábeis.

O ano de 1976 consolidou de vez a influência da Escola Norte-Americana com a publicação, em 15 de dezembro, da Lei nº 6404 – Lei das Sociedades por Ações – com a parte contábil inspirada nessa Escola. Essa lei criou a estrutura jurídica necessária para o fortalecimento do mercado de capitais de risco no país, imprescindível à sobrevivência da empresa privada na fase que se encontrava a economia brasileira. Nesse ano, foi criada, também, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com o objetivo de disciplinar e fiscalizar as atividades do mercado mobiliário, que passou a expedir normas aplicáveis às empresas de capital aberto, relacionadas a matérias como relatórios de administração, demonstrações contábeis, padrões de contabilidade, pareceres de auditores independentes, etc.

A lei das sociedades por ações passou a ser adotada, na prática, por todas as empresas do país. Os cursos superiores de Ciências Contábeis no país já adotavam o método da Escola Norte-Americana com base no livro Contabilidade Introdutória, publicado pelos professores da Universidade de São Paulo. Essa lei consolidou a prática do ensino, reforçando, ainda mais, a doutrina norte-americana, com impactos relevantes nas grades curriculares das faculdades e universidades do país.

A Resolução 03/92 trouxe, em 1992, contribuições para o ensino de Contabilidade. Para Marion e Robles Jr. (1998), diversas novidades foram introduzidas; os currículos foram elaborados visando estimular o conhecimento teórico e prático, com a intenção de que o profissional exerça com competência a profissão, considerando as atribuições específicas que lhe foram conferidas pelo

diploma de bacharel, assegurando, ao mesmo tempo, condições para o exercício da profissão com competência e ética perante a sociedade.

Em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, por meio do Parecer CES/CNE 0146, de 03 de abril de 2002.

Em 6 de novembro de 2003, foi aprovado o Parecer CNE/CES 0289, que teve por objetivo elaborar e aprovar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior (IES), em sua organização curricular.

Em 16 de dezembro de 2004, foi aprovada a Resolução CNE/CES 10 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, como no bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior, e que ainda é lei vigente. A Resolução CNE/CES 10/2004 é mais conhecida como Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN); assim, quando, no texto, for abordada a expressão DCN, estaremos nos referindo à Resolução 10.

Em 18 de junho de 2007, foi aprovada a Resolução CNE/CES 04, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula. Nesta resolução, é confirmada a carga horária mínima de 3000 horas para o curso de Ciências Contábeis.

Em 11 de junho de 2010 é aprovada a lei 12.249 que introduziu significativas mudanças na lei 9.295 de 1946, Lei de Regência da Profissão Contábil. Entre as alterações está a exigência de aprovação em um regime de suficiência para o exercício da Profissão Contábil.

A partir dos anos 70, acentua-se a preocupação com a formação de profissionais, considerando-se a evolução organizacional das empresas e, até mesmo, do poder público, e as diversas alterações na legislação.

No Quadro 1, apresenta-se a sequência de acontecimentos e a legislação referentes ao Ensino de Contabilidade no Brasil.

Quadro 3 – Cronologia de Acontecimentos e Legislação do Ensino de Contabilidade

Ano	Documento	Referência
1894		Instituição de Curso que confere o Diploma de Contador, pela Escola Politécnica do Estado de São Paulo.
1902		Fundação da Escola Prática de Comercio - FECAP
1931	Dec. 20158	Primeira Escola Técnica - Guarda Livros e Perito em Contabilidade.
1945	Dec. Lei 7988	Regulamenta o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais
1946	Dec. Lei 15601	Institui a Faculdade de Ciências Econômicas, na USP.
1946	Dec. Lei 9295	Regulamenta a Profissão Contábil.
1951	Dec. lei 1401	Desmembra os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais.
1961	Lei 4024/61	Estabelece a Primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e cria o Conselho Federal de Educação.
1962	Parecer 397/62	Divide os cursos de Ciências Contábeis em Ciclos de Formação Básica e Profissional.
1971	Lei 5692/71	Estabelece a Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1992	Res. 03/92	Institui o Currículo Pleno, que fixa a duração mínima.
1996	Dec. Lei 9.394	Estabelece a Terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
1997	Parecer 776/97	Complementa a Lei de Diretrizes e Bases.
1997	Edital 04/97	Da Secretaria de Educação Superior, discute as novas Diretrizes Curriculares, adaptando-os à lei.
2002	Par. 146/2002 CES/CNE	Define as Diretrizes Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis.
2003	Par. 067/2003 CES/CNE	Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação.
2003	Par. 108/2003 CES/CNE	Define as audiências para discussão e avaliação da duração e integralização dos cursos de bacharelado.
2003	Par. 289/2003 CES/CNE	Aprova as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis.
2004	Res. CNE/CES 10 de 12/04	Institui as Diretrizes Curriculares nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis.
2007	Res. CNE/CES 2 de 07/07	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula.
2010	Dec. Lei 12.249	Alteração da Lei de Regência da Profissão Contábil.

Fonte: Adaptado de Sontag et al (2007)

Na atualidade, existe um esforço de padronizar as normas contábeis em termos mundiais. O Brasil adotou as Normas Internacionais de Contabilidade pelas Leis 11.638/07 e 11941/09, com mudanças significativas na contabilidade brasileira.

As empresas estão se adaptando a essas novas mudanças, que trarão mudanças e impactos para o ensino da contabilidade no Brasil. As Instituições de Ensino Superior (IES) terão que rever e reestruturar suas grades curriculares.

2.2. As Normas Internacionais de Contabilidade

A Comissão Europeia adotou as Normas Internacionais de Contabilidade, em 2001, emitidas, até esse ano, pelo “*International Accounting Standards Committee*” (IASC) como base para a elaboração das demonstrações financeiras das empresas abertas da comunidade europeia. A decisão da adoção das normas internacionais coincidiu com a reestruturação do IASC e a criação do “*International Accounting Standards Board*” (IASB).

O IASB passou a revisar as Normas Internacionais e emitir novas, com o objetivo de formar um conjunto de normas contábeis, adotado para direcionar e padronizar a maneira como as empresas de capital aberto negociam ações na Bolsa de Valores da Europa.

Ela deveria elaborar e divulgar suas demonstrações financeiras. A comunidade europeia estabeleceu, pela primeira vez, a adoção integral das “*International Financial Reporting Standards*” (IFRS), no ano de 2005, que, traduzido para o português, significa Normas Internacionais de Relatório Financeiro, e ficou conhecido como Normas Internacionais de Contabilidade. Foi criado, também, o “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (IFRIC), com o objetivo de interpretar e aplicar os IFRS a questões contábeis em que não há tratamento definido e que, provavelmente, resultariam em práticas divergentes ou não aceitáveis na ausência de instruções bem definidas; são pronunciamentos que esclarecem interpretações das IFRS. Os países europeus aderiram ao IFRS rapidamente. Atualmente, mais de 7.000 companhias listadas nas bolsas de valores europeias adotam o IFRS, sendo que cerca de 300 adotaram as Normas Internacionais antes de 2005.

A comunidade internacional reconheceu os benefícios em adotar um conjunto de normas contábeis adotados e coordenado pelo IASB e aceito oficialmente pela comunidade europeia. O compromisso do IASB é desenvolver, no interesse público, um conjunto de normas universais de alta qualidade, com

informações transparentes e comparativas nas demonstrações financeiras de uso comum.

Hoje, mais de 100 países já adotaram o IFRS com padrão contábil, incluindo países como Austrália, Canadá, China, Hong Kong, Noruega, Suécia, Brasil e Colômbia.

No Brasil, a sociedade representada pelas entidades contábeis, contadores, auditores, órgãos regulamentadores, analistas de mercado de capitais e usuários das demonstrações financeiras já discutiu, nas últimas décadas, a necessidade de modernizar a Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações – com o objetivo de torná-la mais adequada às necessidades locais e globais da informação.

No ano 2000, foi apresentado à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3.741, com a proposta de modificações no capítulo XV da Lei das Sociedades por Ações, que se refere a assuntos contábeis. O objetivo era modernizar a legislação, eliminando as barreiras regulatórias existentes e alinhar as normas e práticas contábeis brasileiras às internacionais. Após sete anos, o projeto de lei foi aprovado e transformado na Lei 11.638, sancionada pela Presidência da República em 28 de dezembro de 2007, o que proporcionou a aproximação das normas brasileiras às internacionais e que passaram a ser aplicadas a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Em paralelo à discussão do projeto de lei na Câmara dos Deputados, os órgãos de classe já almejavam convergência com as Normas Internacionais, a exemplo da Deliberação nº 488/05 da Comissão de Valores Mobiliários. Com recomendações de divulgação das demonstrações financeiras nos moldes das Normas Internacionais de Contabilidade, a criação, em 7 de outubro de 2005, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, pela resolução nº 1.055 do Conselho Federal de Contabilidade, teve como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

O Projeto de Lei 3.741 já previa que a CVM e os demais órgãos reguladores poderiam adotar, integralmente ou parcialmente, por meio de convênio, normas que fossem editadas por um órgão emissor de normas no Brasil, que tivesse reconhecimento da comunidade contábil e de negócios em geral. Na sua formação o

CPC contou com a iniciativa e apoio de seis entidades: Conselho Federal de Contabilidade, Bolsa de Valores de São Paulo , Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento de Mercado de Capitais e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras .

O CPC foi criado em função das seguintes necessidades:

- **Convergência internacional** das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital);
- **Centralização** na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- **Representação e processo democráticos** na produção dessas informações (produtores da informação: contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

O CPC é totalmente autônomo das entidades representadas, deliberado por 2/3 de seus membros. O Conselho Federal de Contabilidade fornece a estrutura necessária. As seis entidades compõem o CPC, mas outras poderão vir a ser convidadas futuramente. Os membros do CPC, dois por entidade, na maioria Contadores, não auferem remuneração.

Em 2007, a partir da deliberação nº 520 de 15 de maio de 2007, a CVM passou a emitir seus pronunciamentos em conjunto com o CPC.

O BACEN, por meio do comunicado 14.259/06, estabelece que as instituições financeiras devem elaborar as demonstrações financeiras em IFRS, em 2010: um passo relevante para a adoção das IFRS no segmento financeiro.

A CVM determinou, ao publicar a Instrução nº 457, de 13 de julho de 2007, que todas as empresas abertas devem preparar e divulgar, em 2010, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS emitidas pelo IASB.

A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da Circular nº 357, de 26 de dezembro de 2007, também determinou que as entidades de sua responsabilidade (seguradoras) devem preparar e publicar as demonstrações financeiras em IFRS, a partir de 2010.

Posteriormente, o governo publicou a Lei 11.941, em 27/05/2009, com novas alterações e em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade como, por exemplo, a extinção do grupo de ativo diferido; essa lei também neutralizou os impactos tributários que a adoção da Lei 11.638/07 trouxe à contabilidade. O governo pretende regulamentar isso através de um regime de tributário de transição.

A mobilização dessas entidades foi fundamental para a aprovação do projeto de lei 3.741, obrigando as sociedades abertas a publicarem suas demonstrações financeiras com base nas IFRS, com tendência de aplicação para todas as empresas brasileiras.

Para Lima (2010, p.3), uma importante característica dos IFRSs é o reduzido uso de regras em seu conjunto de pronunciamentos e interpretações, o que faz com que sejam tidos como baseados em princípios (*Principles-Based*).

É natural que, tendo como finalidade a aplicabilidade em diversos países, tais normas devem ser desprendidas de regras que poderiam causar distorções, em razão do contexto em que são utilizadas.

As mudanças ocorridas nesse ambiente regulatório exigem que as empresas estendam rapidamente seu alcance e os impactos que ocorrem nas demonstrações financeiras divulgadas no mercado. É também fundamental as Instituições de Ensino Superior contemplarem tais mudanças no método de ensino da contabilidade em todo o país.

2.2.1 As Principais Mudanças Propostas pelas Normas Internacionais de Contabilidade

Os principais objetivos das leis 11.638/07 e 11.941/09 são:

- Atender às mudanças mundiais ocorridas no plano social e econômico;
- Inserção das empresas brasileiras no processo de convergência contábil para as Normas Internacionais; e
- Aumento do grau de transparência das demonstrações financeiras.

2.2.1.1 Princípios Gerais da Normatização:

Os princípios gerais da normatização são:

- As normas expedidas pela CVM deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade (Art. 177 § 5º);
- As companhias fechadas poderão optar por observar as normas CVM para as empresas de capital aberto (Art. 177 § 6º);
- Os lançamentos efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições, nem ter quaisquer outros efeitos tributários (Art.177 § 7º).

2.2.1.2 Extinção do “não operacional” – Lei 11.941/09:

A lei prevê extinção do não operacional:

- Art. 187 – IV: o lucro operacional, as outras receitas e outras despesas;
- Texto anterior (Lei 6.404/76): o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais;

2.2.1.3 Critérios de avaliação do Ativo Circulante e Realizável em Longo Prazo:

As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos classificados no ativo circulante ou realizável em longo prazo:

- a) Pelo seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- b) Pelo valor justo de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável da realização, quando este for inferior no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.

Quadro 4 – Classificação de Instrumentos Financeiros:

Classificação - instrumentos financeiros em três categorias	Crítérios de Avaliação	Contabilização
1 – Destinados à negociação imediata. Ex.: Derivativos.	Ajustadas ao valor de mercado ou equivalente; valor justo (fair value).	Resultado.
2 – Disponíveis para venda, porém ainda não está sendo negociado. Ex.: Ações, debêntures, etc.	Ajustadas ao valor de mercado ou equivalente; valor justo (fair value).	Ajuste de avaliação patrimonial (PL).
3 – Mantidos até o vencimento (ex.: notas promissórias, contas a receber, etc.).	Atualização conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável ou de realização, quando este for inferior. (Custo ou realização, dos dois, o menor).	Resultado.

Fonte: Adaptado das leis 11.638/07 e 11.941/09.

2.2.1.4 Ajuste a valor presente:

A nova legislação prevê ajuste a valor presente:

- Art. 183, VII “os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante”;
- Art. 184, III “as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível em longo prazo”;
- Taxa de desconto (CPC 12);
- Taxa contratual;
- Taxa implícita (nos casos de fluxos de caixa não contratuais);
- Taxa de Mercado.

2.2.1.5 Ativo não Circulante (nova classificação Lei 11.941/09):

O grupo não circulante aborda os seguintes itens:

- Realizável em longo prazo;
- Investimentos;
- Ativo Imobilizado: os direitos que tenham por objeto os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;
- Ativo Intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive fundo de comércio (*goodwill*).

2.2.1.6 Prevalência da Essência sobre a Forma:

A prevalência da essência sobre a forma foi uma mudança relevante, que na visão de Ludícibus (2010, p. 66), na verdade, está-se a tratar de algo tão importante para a qualidade da informação contábil, que mereceria até ser considerado Postulado ou Pré-requisito ao conjunto de Postulados, Princípios e Convenções.

Ainda, segundo o autor, sempre que houver discrepância entre a forma jurídica de uma operação a ser contabilizada e sua essência econômica, a Contabilidade deverá privilegiar a essência sobre a forma. O caso (e exemplo) mais tradicional é o constituído por certas operações de “*leasing*” que, na essência, são compras financiadas, disfarçadas. A observância da Prevalência da Essência sobre a Forma levaria a registrar a operação tanto no Ativo como no Passivo, amortizando-se pelas depreciações e o outro no total da prestação por aquela parcela que ultrapassa o valor do juro implícito embutido, sendo essa última despesa do período.

Para Ernest & Young (2009, p. 4), para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a substância da realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

A nova legislação estabelece os registros contábeis de arrendamento mercantil (*leasing*) financeiro com observância deste princípio.

2.2.1.7 Extinção do Grupo Ativo Diferido

A lei antiga estabelecia o grupo de Ativo diferido, no qual se contabilizava gastos pré-operacionais, ou seja, gastos que ocorriam antes da realização das operações que geravam receitas. Com a nova legislação, esse grupo foi extinto; no entanto, passou a vigorar o grupo de Ativo Intangível, destinado a bens imateriais, com a adoção de algumas regras, de acordo com o pronunciamento CPC 04, em correlação com a IAS 38.

2.2.1.8. Redução de Valor Recuperável dos Ativos (*impairment*).

A redução do valor recuperável dos ativos (*impairment*), de acordo com o art. 183 § 3º da Lei 11,638/07:

“A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível”. O objetivo da análise de redução do valor recuperável dos ativos, de acordo com o CPC 01, é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

2.2.1.9. Resultados de Exercícios Futuros

O artigo 299 B estabelece que o saldo existente de Resultado de Exercícios Futuros, em 31 de dezembro de 2008, deverá ser reclassificado para o passivo não circulante em conta receita diferida. O saldo deverá evidenciar a receita diferida e o respectivo custo diferido.

2.2.1.10. Procedimentos Contábeis e Fiscais dos Prêmios Recebidos na Emissão de Debêntures, as Doações e as Subvenções para o Investimento (Lei 11.941/09)

- I. Reconhecer o valor do prêmio na emissão de debêntures, a doação ou subvenção em conta de resultado pelo regime de competência, inclusive com observância das determinações constantes das normas expedidas pela CVM;
- II. Excluir, no Livro de Apuração do Lucro Real, o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do prêmio de emissão de debêntures, de doações e subvenções governamentais para investimentos, e para fins de apuração do lucro real;
- III. Manter o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do prêmio na emissão de debêntures em reserva de lucro específica (Reserva de Incentivos Fiscais).

2.2.1.11 Patrimônio Líquido:

No grupo de patrimônio líquido observa os itens:

- Ajustes de avaliação patrimonial – registra valores que pertencem ao PL, porém ainda não transitaram pela DRE;
- Reserva de Incentivos Fiscais Art. 195 A – parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Deverão transitar, antes, pelo resultado.

2.2.1.12 Reavaliação de Ativos:

Quanto às reavaliações de ativos, houve as seguintes alterações:

- Foi revogado o artigo da lei que previa a reavaliação de ativos (§ 2º do art.187 da Lei 6.404/76.);

- Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta lei entrar em vigor (2008).

2.2.1.13 Sociedades de Grande Porte:

A legislação define sociedades de grande porte:

- As sociedades de grande porte, mesmo que não constituídas sob a forma de ações, passam a ter que observar as disposições da lei das S.A. no que se refere à escrituração, elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Considera-se “Sociedade de Grande Porte” a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver no exercício social anterior:
 - a) Ativo total superior a R\$ 240 milhões; ou
 - b) Receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões.

2.2.1.14 Novas Demonstrações Contábeis Obrigatórias:

A lei incluiu duas novas demonstrações:

- Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) – Art. 176, IV e § 6º: “a companhia fechada com patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000 não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa”;
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – apenas para empresas de capital aberto.

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem por objetivo mostrar aos usuários das demonstrações contábeis a capacidade da empresa em gerar caixa e como o caixa está sendo utilizado. A movimentação é classificada em três categorias: operacional, de financiamento e de investimento. A deliberação CVM nº 547, de

13/08/2008, referendou o Parecer Técnico nº 3 do CPC sobre a DFC, estando assim alinhado às Normas Internacionais (IAS 7).

A DVA tem por objetivo demonstrar o “valor adicionado” gerado pela empresa à economia local e/ou nacional, bem como apresentar como se deu a sua distribuição entre os funcionários (salários e benefícios), governo (tributos), acionistas (dividendos), terceiros (financiadores) e à própria empresa (parcela utilizada para reinvestimentos). A DVA representa, em contabilidade, a riqueza gerada pela empresa. Está regulamentada pelo Pronunciamento Técnico nº 9 do CPC, aprovada pela Deliberação CVM nº 557/08 e pela resolução CFC nº 1.138/08. A obrigatoriedade é imposta pela Lei 11.638/07 para companhias de capital aberto.

2.2.1.15 Avaliação de Investimentos em Coligadas e Controladas

Novo conceito de coligada: sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa. Considera-se influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la.

Presume-se influência significativa quando a investidora for titular de 20 por cento ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.

Foram apresentadas as principais alterações impostas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09. Alguns itens devem ser estudados minuciosamente por possuírem vários detalhes que serão aplicados a cada caso nas companhias.

3. METODOLOGIA

3.1. Considerações Iniciais

Este capítulo tem por objetivo abordar questões referentes à natureza e tipo de pesquisa empírica realizada, a definição da população e critérios de escolha da amostra, bem como definir a construção do instrumento de pesquisa e procedimentos de coleta de dados.

3.2. Natureza e Tipo de Pesquisa

Vergara (2006, p.46) estabelece dois critérios básicos de classificação: quanto aos fins e quanto aos meios, conforme descrito a seguir:

Quadro 5 – Fins e Meios

QUANTO AOS FINS	QUANTO AOS MEIOS
• Exploratória • Descritiva • Explicativa • Metodológica • Aplicada • Intervencionista	• Pesquisa de Campo • Pesquisa de Laboratório • Documental • Bibliográfica • Experimental • Ex Post Facto • Participante • Pesquisa-ação • Estudo de Caso

Fonte: Vergara (2006, p.46-47)

De acordo com a classificação de Vergara (2006, p. 46-47), quanto aos fins, este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva, conforme a definição: “A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Em relação aos meios, o trabalho será uma pesquisa de campo e bibliográfica.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações acerca de um problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar; ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (Marconi e Lakatos 2010, p.169),

Pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não. (Vergara, 2006, p. 47-48)

O objetivo da pesquisa de campo é o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, com a finalidade de compreender vários aspectos sociais.

Para Marconi e Lakatos (2010, p.169), a pesquisa de campo apresenta vantagens e desvantagens. As vantagens são:

- *Acúmulo de informações sobre determinado fenômeno, que também podem ser analisados por outros pesquisadores, com objetivos diferentes;*
- *Facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos, sobre determinada população ou classe de fenômenos.*

As desvantagens:

- *Pequeno grau de controle sobre a situação da coleta de dados e a possibilidade de que fatores desconhecidos para o investigador possam interferir nos resultados;*
- *O comportamento verbal ser relativamente de pouca confiança, pelo fato de os indivíduos poderem falsear nas suas respostas.*

O procedimento de coleta de informações, pelas suas próprias características, apresenta uma série de vantagens, mas é limitado em vários aspectos. É preciso que o pesquisador tenha conhecimento das desvantagens e saiba como contorná-las; se isso não for possível, é mais prudente buscar um procedimento alternativo. Os questionários fechados, enviados por correio ou e-mail, permitem agilidade na coleta de informações e facilitam enormemente a tarefa de tabulação e análise delas. Por outro lado, o pesquisador deve estar preparado para um retorno pequeno (em torno de 20 a 30%, apud Baptistella Filho, Mazzon e Guagliardi, 1980), uma impossibilidade de volta ao indivíduo que respondeu para esclarecimento das respostas ambíguas, um número razoável de questões não respondidas, entre outras desvantagens. (Luna, 2009, p. 62),

A pesquisa de campo será realizada através de questionário, definido por Oliveira (2003, p. 71) como uma série ordenada de perguntas relacionadas a um tema central, que são respondidas sem a presença do entrevistador. É uma das formas mais utilizadas para obtenção de dados, por permitir mensuração mais exata.

Trata-se de técnica impessoal entre entrevistador e entrevistado, uma vez que a entrevista ocorre por intermédio de um documento com perguntas dirigidas, aguardando resposta do entrevistado. Segundo Oliveira, as principais vantagens e desvantagens do questionário são:

Quadro 6 – Vantagens e Desvantagens

VANTAGENS	DESVANTAGENS
• Rapidez; • Atinge maior número de indivíduos simultaneamente; • Permite o levantamento de dados em área geográfica maior; • Exige menos recursos humanos e outros na condução do levantamento de dados; • Obtêm-se dados mais confiáveis, do ponto de vista da influência do pesquisador sobre o entrevistado, pois este não entra em contato com aquele; • O questionário pode ser respondido com maior flexibilidade pelo entrevistado, em termos de horário.	• Muitos questionários e perguntas não são respondidos; • Não pode se aplicado a pessoas analfabetas; • As perguntas não entendidas não podem ser esclarecidas; • Dependência de agenda do responsável pelo preenchimento do questionário, o que pode levar a atrasos; • Não tem controle sobre as condições em que o questionário foi respondido, nem sobre quem o respondeu, o que pode diminuir a sua eficácia; • Pressupõe um universo de pesquisa mais homogêneo.

Fonte: Oliveira (2009, p. 71-72).

“O processo de elaboração e os critérios utilizados podem variar bastante de acordo com o objetivo da pesquisa. As questões devem ser selecionadas de forma criteriosa, tanto com relação à sua importância quanto ao número delas, que não deve ultrapassar 30, calculando-se um tempo máximo de 30 minutos; o questionário deve conter instruções definidas e objetivas, ser redigido em linguagem coloquial e de fácil entendimento, além de precisar ser elaborado de modo a facilitar a tabulação dos dados”. (Oliveira, 2009, p.72),

Para Vergara (2006, p.48), “a pesquisa bibliográfica trata-se de um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

“as fontes bibliográficas fornecem ao pesquisador diversos dados. Exigindo manipulação e análises diferenciadas, podem ser utilizados através de publicações, livros, teses, monografias, publicações avulsas, pesquisas, entre outros; formam um conjunto de publicações básicas para pesquisas científicas”. (Oliveira, 2003, p.65).

A pesquisa bibliográfica realizada sobre o tema em questão teve o objetivo de estudar o ensino da contabilidade no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade, com a finalidade de conhecer o atual estágio de relação das IFRS ao ensino da contabilidade das IES paulistas que possuem curso de mestrado e faculdades paulistas que oferecem o curso de Ciências Contábeis e não possuem programa de mestrado.

3.3. População e Amostra

Segundo dados do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, desenvolvida pelo Ministério da Educação (Brasil, 2011) – o município de São Paulo, atualmente, tem 80 instituições de ensino superior, das quais 20 oferecem o curso de Ciências Contábeis e apenas 4 possuem curso de mestrado em Ciências Contábeis, no mesmo município.

População é o conjunto de todos os elementos sob investigação; é o total de seres que apresentam alguma característica em comum. Amostra, por sua vez, é uma porção ou parcela convenientemente selecionada da população; é um subconjunto da população. (Oliveira, 2003, p.82),

A população desta pesquisa é composta por 20 IES que possuem curso de Ciências Contábeis, no município de São Paulo, e 4 IES que possuem curso de mestrado em Ciências Contábeis, sendo 3 instituições de mestrado acadêmico e uma com mestrado profissional. Foi aplicado um questionário aos coordenadores de cursos (dados primários) das instituições selecionadas.

Para a composição deste diagnóstico, do total de 24 IES, uma não quis participar por não se achar preparada, conforme afirmou o coordenador do curso de Ciências Contábeis, pois está na primeira turma; uma está sem coordenador; três instituições, as faculdades Centro Paulistano, Educação e Ciências Gerenciais, e Teresa Martin pertencem a um único grupo de instituições, a União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP); ou seja, das 24 instituições relacionadas, 20 foram convidadas a participar da pesquisa, sendo 16 faculdades sem programa de mestrado em Ciências Contábeis (grupo 1) e 4 IES que possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis (grupo 2). Foram obtidas 16 respostas, sendo 12 das IES do grupo 1 e 4 das IES do grupo 2, representando 80% da amostra pesquisada.

3.4. Método de Coleta de Dados

A coleta de dados para esta pesquisa foi realizada por meio de questionário (*surveys*) enviado a 20 coordenadores.

A pesquisa será focada no conteúdo das Normas Internacionais de Contabilidade, na grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis nas IES grupo 1 paulistanas; posteriormente, será realizada uma comparação com as IES grupo 2 que possuem curso de mestrado em Ciências Contábeis no município de São Paulo.

O objetivo desta comparação é verificar o tratamento das IFRS no conteúdo das disciplinas das IES grupo 2, que possuem um quadro de professores pesquisadores maiores que nas IES grupo 1, pois o curso de mestrado exige maior qualificação acadêmica do corpo docente e muitos professores que lecionam no curso de mestrado também lecionam na graduação.

3.5. Procedimentos da Coleta de dados

A coleta de dados é a etapa da pesquisa na qual se aplicam os instrumentos elaborados e as técnicas selecionadas. O objetivo é obter informações empíricas acerca do problema estudado.

A coleta de dados dessa pesquisa foi realizada de forma simples: a partir do contato telefônico com os coordenadores de curso obtidos nos sites das Instituições analisadas, foi encaminhado o questionário via e-mail a eles, sendo identificado o pesquisador e, antes, declarado os objetivos da pesquisa.

Dos questionários encaminhados, um total de nove retornou dentro do prazo estabelecido inicialmente. Foi realizado um novo encaminhamento por e-mail, sendo estabelecido novo prazo com três respostas. Tentou-se outro contato telefônico, que resultou em quatro respostas.

4. Tratamento e Análise dos Dados

4.1. Considerações Iniciais

Neste capítulo será abordado o tratamento e análise dos dados obtidos por meio do questionário aplicado na pesquisa de campo, com o objetivo de convertê-los em informações capazes de auxiliar na interpretação do fenômeno em estudo.

Na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. (Marconi e Lakatos, 2010, p. 152)

A tabulação de dados foi realizada através de estatística descritiva do aplicativo Microsoft Excel, pois o sistema propicia uma série de recursos que auxiliam a interpretação dos dados apresentados.

O questionário aplicado na pesquisa de campo compreende 17 questões subdivididas em dois blocos, com o objetivo de atender a investigação no sentido de responder às questões elaboradas na introdução do trabalho.

Os resultados serão apresentados a seguir, com tratamento dado às informações coletadas de 16 coordenadores que responderam a pesquisa.

BLOCO 1 – PERFIL DO COORDENADOR

4.2. Perfil do Coordenador

Neste bloco, com questões de número 1 a 7, procurou-se verificar as características pessoais e profissionais do docente que coordena o curso de graduação em Ciências Contábeis: gênero, idade, formação acadêmica completa, tempo de exercício na coordenação do curso, experiência profissional fora da coordenação, regime de dedicação e indicação de motivos que o levaram para a função de coordenador.

Os gráficos e tabelas apresentados a seguir foram desenvolvidos pelo autor, baseados nos resultados da pesquisa, aplicada via Internet, nos meses de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012, junto aos coordenadores das Faculdades Paulistanas que não possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis e das Quatro IES que possuem programa de Mestrado em Ciências Contábeis da cidade de São Paulo.

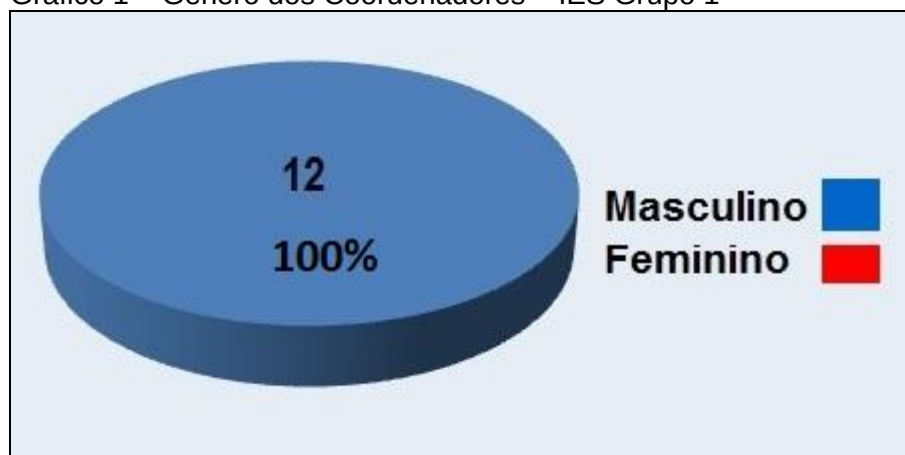
4.2.1. ANÁLISE DAS RESPOSTAS

Perguntas:

1) Gênero:

Masculino
Feminino

Gráfico 1 – Gênero dos Coordenadores – IES Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 1 - Gênero dos Coordenadores - IES Grupo 1

Gênero	Frequência	Part. %
Masculino	12	100%
Feminino	0	0%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 2 – Gênero dos Coordenadores – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 2 - Gênero dos Coordenadores - IES Grupo 2

Gênero	Frequência	Part. %
Masculino	4	100%
Feminino	0	0%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

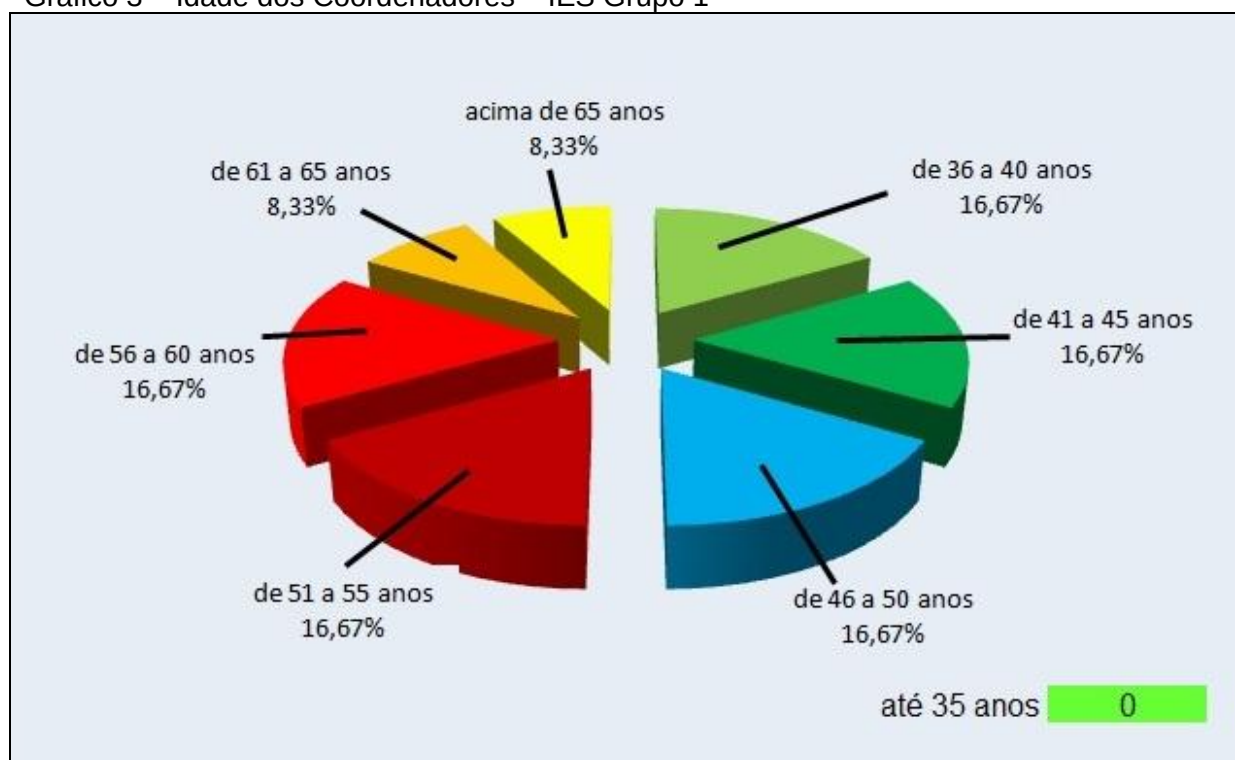
No que se refere ao gênero, constatou-se que todos os coordenadores são do sexo masculino, incluindo Grupo 1 e Grupo 2.

2) Idade:

- | | | |
|--|--|---|
| ☐ Até 35 anos | ☐ De 46 a 50 anos | ☐ De 61 a 65 anos |
| ☐ De 36 a 40 anos | ☐ De 51 a 55 anos | ☐ Acima de 65 anos |
| ☐ De 41 a 45 anos | ☐ De 56 a 60 anos | |

O objetivo desta questão foi saber o enquadramento de faixa etária dos coordenadores de curso.

Gráfico 3 – Idade dos Coordenadores – IES Grupo 1



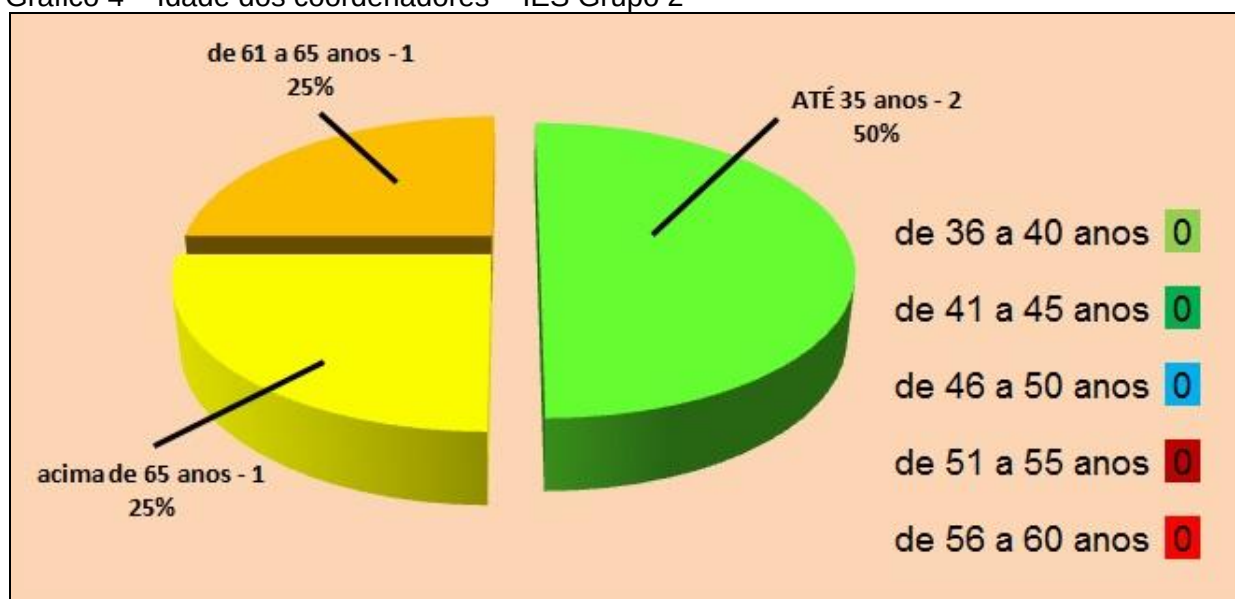
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 3 - Idade dos Coordenadores - IES Grupo 1

Idade	Frequência	Part. %
até 35 anos	0	0,00%
de 36 a 40 anos	2	16,67%
de 41 a 45 anos	2	16,67%
de 46 a 50 anos	2	16,67%
de 51 a 55 anos	2	16,67%
de 56 a 60 anos	2	16,67%
de 61 a 65 anos	1	8,33%
acima de 65 anos	1	8,33%
Total	12	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 4 – Idade dos coordenadores – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 4 - Idade dos Coordenadores - IES Grupo 2

Idade	Frequência	Part. %
até 35 anos	2	50,00%
de 36 a 40 anos	0	0,00%
de 41 a 45 anos	0	0,00%
de 46 a 50 anos	0	0,00%
de 51 a 55 anos	0	0,00%
de 56 a 60 anos	0	0,00%
de 61 a 65 anos	1	25,00%
acima de 65 anos	1	25,00%
Total	4	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 4 demonstra que a faixa etária nas IES Grupo 1 está bem equilibrado, não há nenhum coordenador com menos de 35 anos, já nas IES Grupo 2 - dois coordenadores tem até 35 anos de idade, 1 está incluído na faixa de 61 a 65 anos e 1 possui mais e 65 anos de idade.

Comparando os dois resultados, observa-se um destaque para a faixa etária até 35 anos, predominante nas IES grupo 2 e não consta nas respostas do grupo 1.

3) A questão foi dividida em:

3.1) Formação Acadêmica Completa: **Nível – Graduação**

- ☐ Ciências Contábeis
- ☐ Ciências Econômicas
- ☐ Administração
- ☐ Outro Curso

O objetivo desta questão foi compreender a formação acadêmica dos coordenadores em nível de graduação.

Gráfico 5 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Graduação IES Grupo 1



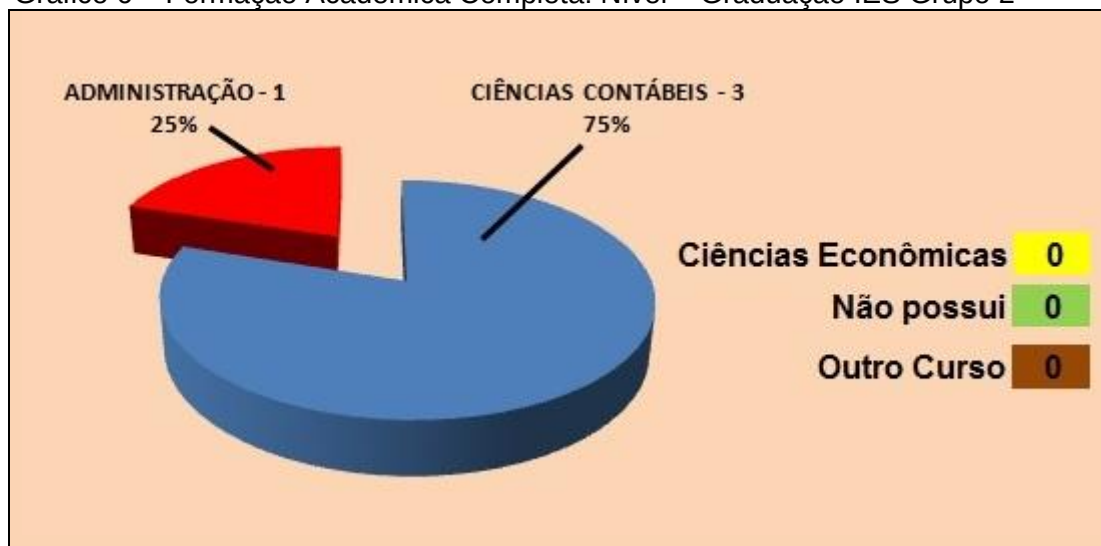
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 5 - Formação Acadêmica Completa – Graduação IES Grupo 1

Nível	Curso	Frequência	Part. %
Graduação	Ciências Contábeis	10	66,67%
	Ciências Econômicas	4	26,67%
	Administração	1	6,67%
	Outro Curso	0	0,00%
	Total	15	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 6 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Graduação IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 6 - Formação Acadêmica Completa – Graduação IES Grupo 2

Nível	Curso	Frequência	Part. %
Graduação	Ciências Contábeis	3	75,00%
	Ciências Econômicas	0	0,00%
	Administração	1	25,00%
	Outro Curso	0	0,00%
	Total	4	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

No nível de graduação, predominou a formação em Ciências Contábeis para as IES Grupo 1, porém 26,67% responderam possuir graduação em Ciências Econômicas.

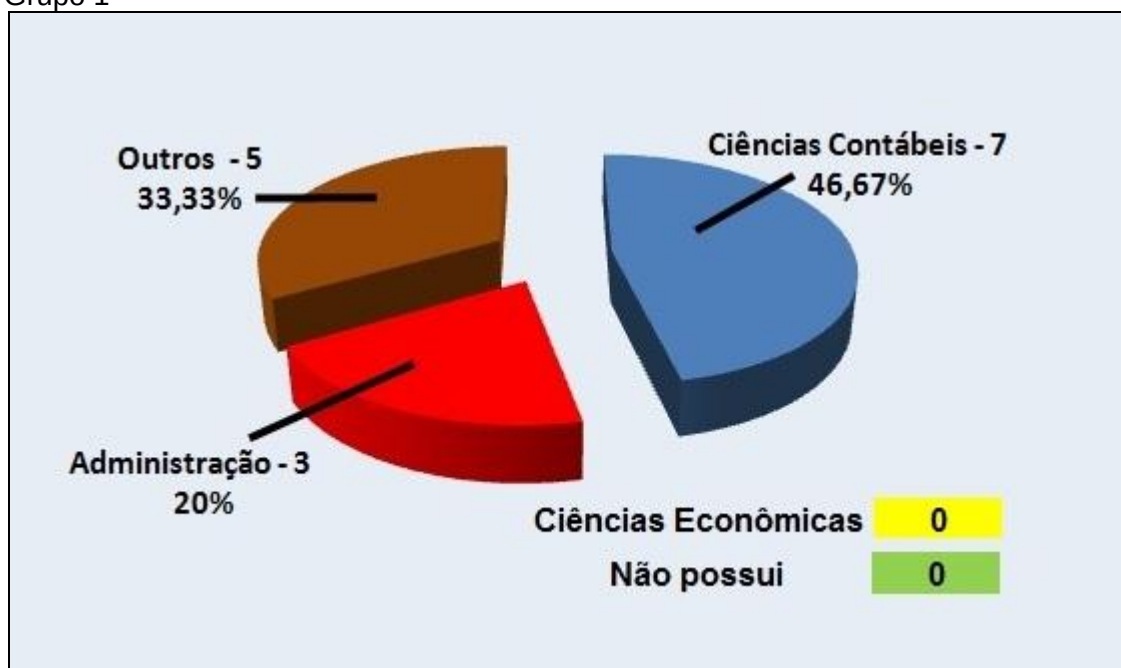
Nas IES grupo 2, assim como no grupo 1 também predominou graduação em Ciências Contábeis, porém em economia não há nenhuma resposta, um coordenador respondeu possuir graduação em Administração, representando 25% do total.

3.2) Formação Acadêmica Completa: **Nível - Especialização (Lato Sensu)**

O objetivo desta questão foi demonstrar a formação acadêmica dos coordenadores em nível de especialização (pós-graduação lato Sensu)

- ☐ Ciências Contábeis
- ☐ Ciências Econômicas
- ☐ Administração
- ☐ Outro Curso

Gráfico 7 – Formação Acadêmica Completa:– Nível Especialização (Lato Sensu) – IES – Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 7 - Formação Acadêmica Completa - Nível Especialização (Lato Sensu) – IES – Grupo 1

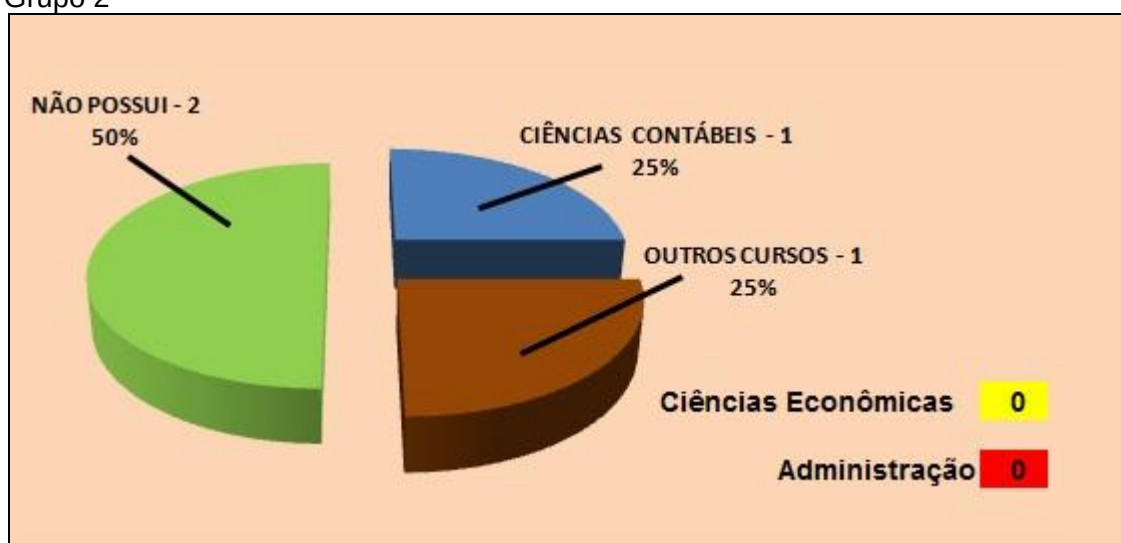
Nível	Curso	Frequência	Part. %
Especialização	Ciências Contábeis	7	46,67%
	Ciências Econômicas	0	0%
	Administração	3	20,00%
	Outro Curso	5	33,33%
	Total	15	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

A formação denominada “Outros Cursos” nas IES Grupo I, estão distribuídas da seguinte forma:

- 3 Coordenadores possuem formação em Educação
- 1 Coordenador em Informática em Saúde;
- 1 Coordenador em Finanças Avançadas

Gráfico 8 – Formação Acadêmica Completa – Nível Especialização (Lato Sensu) – IES – Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 8 - Formação Acadêmica Completa - Nível Especialização (Lato Sensu) – IES – Grupo 2

Nível	Curso	Frequência	Part. %
Especialização (Lato Sensu)	Ciências Contábeis	1	25,00%
	Ciências Econômicas	0	0,00%
	Administração	0	0,00%
	Outro Curso	1	25,00%
	Não possui	2	50,00%
	Total	4	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na formação no nível de especialização, nas IES grupo 1 houve predomínio na área de Ciências Contábeis, três coordenadores afirmaram possuir duas especializações.

Em relação às IES grupo 2 apenas dois coordenadores responderam possuir especialização, um em Ciências Contábeis e outro em outro curso, denominado “*Business Training Course – GE*”, os outros dois não possuem especialização.

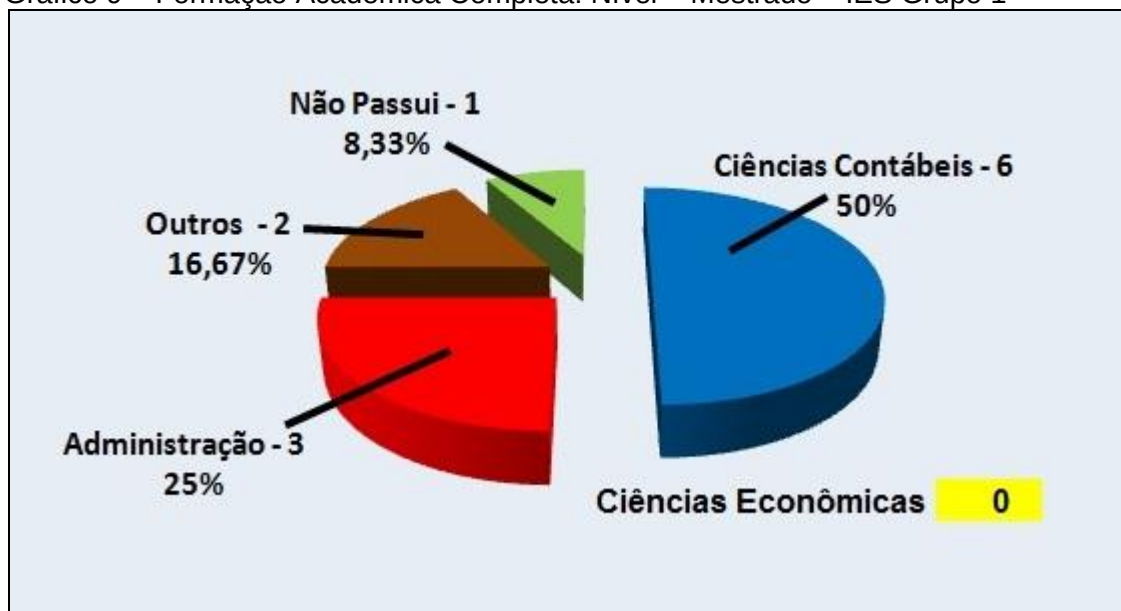
A comparação entre dois grupos de pergunta demonstra que há coordenadores com especialização em Administração, e nenhum coordenador do grupo 2 possui essa formação, ambos não possuem profissionais com formação em Ciências Econômicas.

3.3) Formação Acadêmica Completa: **Nível – Mestrado**

- ☐ Ciências Contábeis
- ☐ Ciências Econômicas
- ☐ Administração
- ☐ Outro Curso

O objetivo desta questão foi demonstrar a formação acadêmica dos coordenadores de pós-graduação em nível de mestrado.

Gráfico 9 – Formação Acadêmica Completa: Nível – Mestrado – IES Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

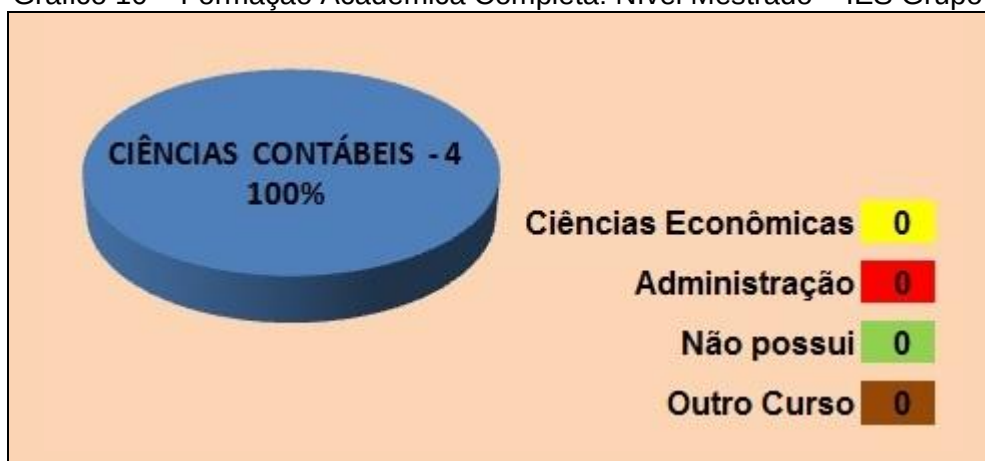
Tabela 9 - Formação Acadêmica Completa – Nível Mestrado IES Grupo 1

Nível	Curso	Frequência	Part. %
Mestrado	Ciências Contábeis	6	50,00%
	Ciências Econômicas	0	0%
	Administração	3	25,00%
	Outro Curso	2	16,67%
	Não possui	1	8,33%
	Total	12	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Na formação de pós-graduação em nível de mestrado, as IES grupo 1 demonstraram predomínio na área de Ciências Contábeis, representando 50% do total, apresenta o percentual de formação em Administração é 25% e outros cursos, Representando 2 coordenadores, um possui formação em Comunicação e Semiótica, e outro em Psicologia Educacional, um coordenador afirmou não possuir mestrado, .

Gráfico 10 – Formação Acadêmica Completa: Nível Mestrado – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 10 - Formação Acadêmica Completa: Nível Mestrado – IES Grupo 2

Nível	Curso	Frequência	Part. %
Mestrado	Ciências Contábeis	4	100,00%
	Ciências Econômicas	0	0,00%
	Administração	0	0,00%
	Outro Curso	0	0,00%
	Total	4	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Em relação às IES Grupo 2 todos coordenadores, ou seja, 100% responderam possuir mestrado em Ciências Contábeis.

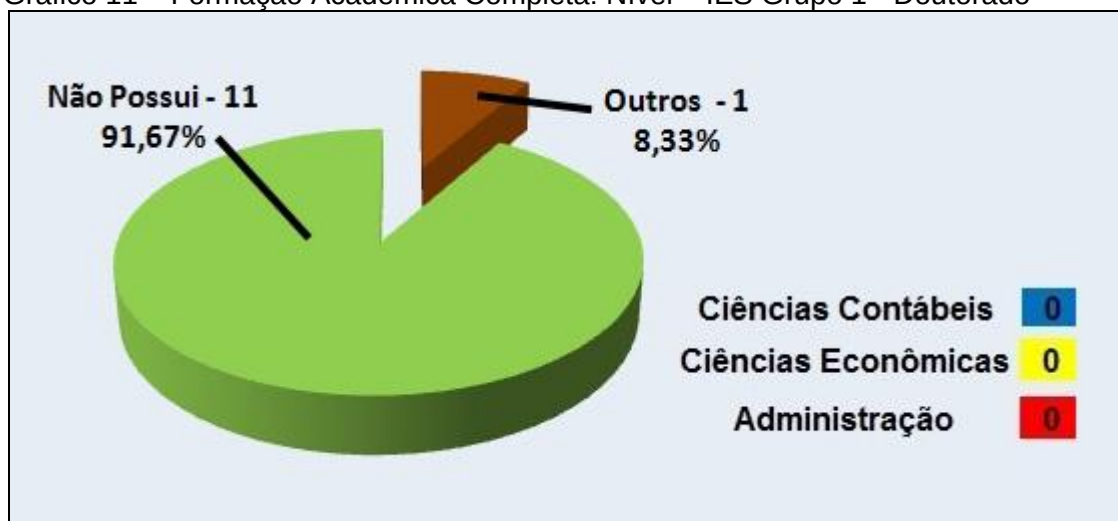
A comparação entre os dois grupos de pergunta demonstra que nas IES grupo 2 há exclusividade de formação de mestrado em Ciências Contábeis na formação acadêmica do coordenador, no grupo 1, embora a maioria dos coordenadores possua formação acadêmica na mesma área de coordenação do curso, não há exclusividade.

3.4) Formação Acadêmica Completa: **Nível – Doutorado**

- ☐ Ciências Contábeis
- ☐ Ciências Econômicas
- ☐ Administração
- ☐ Outro Curso

O objetivo desta questão foi demonstrar a formação acadêmica dos coordenadores de pós-graduação em nível de doutorado.

Gráfico 11 – Formação Acadêmica Completa: Nível – IES Grupo 1 - Doutorado



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 11 - Formação Acadêmica Completa Nível Doutorado – IES Grupo 1

Nível	Curso	Frequência	Part. %
Doutorado	Ciências Contábeis	0	0%
	Ciências Econômicas	0	0%
	Administração	0	0%
	Outro Curso	1	8,33%
	Não possui	11	91,67%
	Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Em relação às IES Grupo 1, apenas um coordenador respondeu possuir doutorado em Ciências Sociais,

Gráfico 12 – Formação Acadêmica Completa: Nível Doutorado – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 12 - Formação Acadêmica Completa Nível Doutorado – IES Grupo 2

Nível	Curso	Frequência	Part. %
Doutorado	Ciências Contábeis	3	75,00%
	Ciências Econômicas	0	0,00%
	Administração	0	0,00%
	Outro Curso	1	25,00%
	Total	4	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

As IES do grupo 2 apresentaram os seguintes resultados: três coordenadores afirmaram possuir formação em Ciências Contábeis, representam 75% do total, um coordenador respondeu que possui doutorado em Educação.

A comparação dessa questão demonstra que os coordenadores das universidades possuem maior grau de formação acadêmica e também predominou nessas instituições a essa formação na área de coordenação do curso, ou seja, Ciências Contábeis.

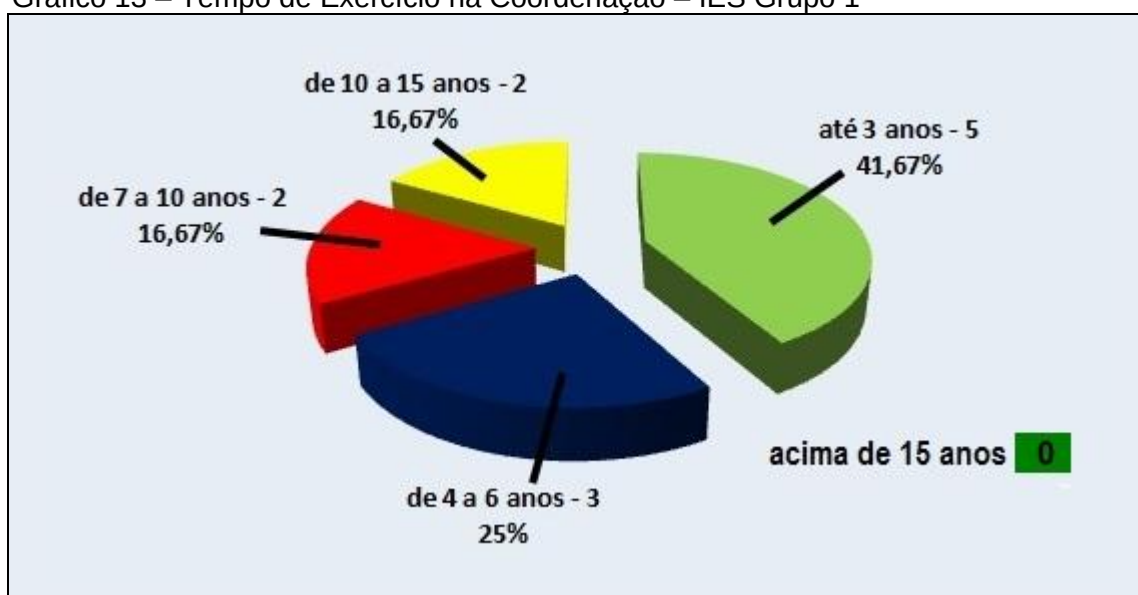
A análise das informações em relação a formação acadêmica, ficou evidente a predominância de maior grau de formação nas IES Grupo 2 e também maior especialização na área de Ciências Contábeis nestas instituições de ensino, o que pode estimular os professores a trabalharem com foco maior na pesquisa.

4) Tempo de Exercício na Coordenação do Curso de Ciências Contábeis:

- ☐ Até 3 anos
- ☐ De 4 a 6 anos
- ☐ De 7 a 10 anos
- ☐ De 10 a 15 anos
- ☐ Acima de 15 anos

A questão tem por objetivo avaliar o tempo de experiência profissional dos coordenadores

Gráfico 13 – Tempo de Exercício na Coordenação – IES Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 13 - Tempo de Exercício na Coordenação - IES Grupo 1

Tempo	Frequência	Part. %
até 3 anos	5	41,67%
de 4 a 6 anos	3	25,00%
de 7 a 10 anos	2	16,67%
de 10 a 15 anos	2	16,67%
acima de 15 ano	0	0,00%
Total	12	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 14 – Tempo de Exercício na Coordenação – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 14 - Tempo de Exercício na Coordenação - IES Grupo 2

Tempo	Frequência	Part. %
até 3 anos	2	50,00%
de 4 a 6 anos	1	25,00%
de 7 a 10 anos	1	25,00%
de 10 a 15 anos	0	0,00%
acima de 15 anos	0	0,00%
Total	4	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 13 demonstra que cinco coordenadores possuem até três anos de experiência na coordenação do curso, três responderam possuir de 4 a 6 anos, dois possuem de 7 a 10 anos e outros dois de 10 a 15 anos.

O gráfico 14 por sua vez evidencia a resposta de dois coordenadores com até três anos de experiência, um possui de 4 a 6 anos e outro de 7 a 10 anos. Comparando os gráficos 11 e 12 constatou-se um equilíbrio entre IES Grupo 1 e IES Grupo 2 proporcionalmente, não há coordenadores com experiência superior a 10 anos, com predomínio de tempo de experiência até três anos para ambos.

5) Possui experiência profissional fora da coordenação de curso?

☐ Sim

☐ Não

A questão tem por objetivo avaliar se o coordenador possui outra experiência profissional, além da atividade acadêmica.

Gráfico 15 – Experiência profissional fora da coordenação – IES Grupo 1



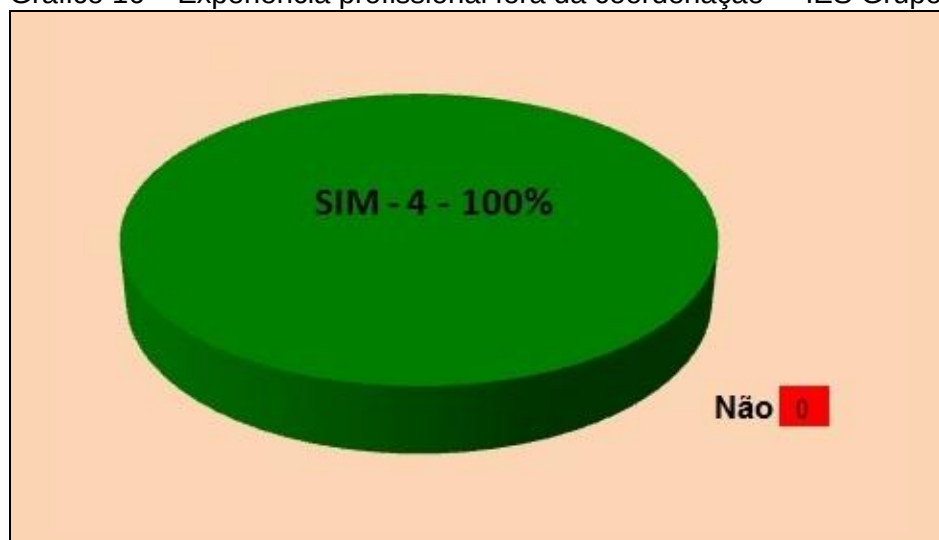
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 15 - Experiência profissional fora da Coordenação - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	11	91,67%
Não	1	8,33%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 16 – Experiência profissional fora da coordenação – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 16 - Experiência profissional fora da Coordenação - IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	4	100%
Não	0	0%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 15 demonstra que onze coordenadores possuem experiência profissional, além da coordenação, apenas um afirmou não possuir.

As IES do grupo 2, representadas no gráfico 16 houve unanimidade das respostas, ou seja, todos os coordenadores responderam possuir experiência fora da coordenação de curso.

Uma comparação realizada entre os dois gráficos demonstra predominância na experiência profissional fora da atividade de coordenação, apenas um coordenador do Grupo 1 de todo o universo pesquisado respondeu não para a questão. Para o foco da pesquisa esse resultado é muito positivo, pois é fundamental os profissionais trazerem experiências de mercado, em consonância com Normas Internacionais de Contabilidade e estimularem os professores aplicarem essas experiências mercadológicas na grade curricular.

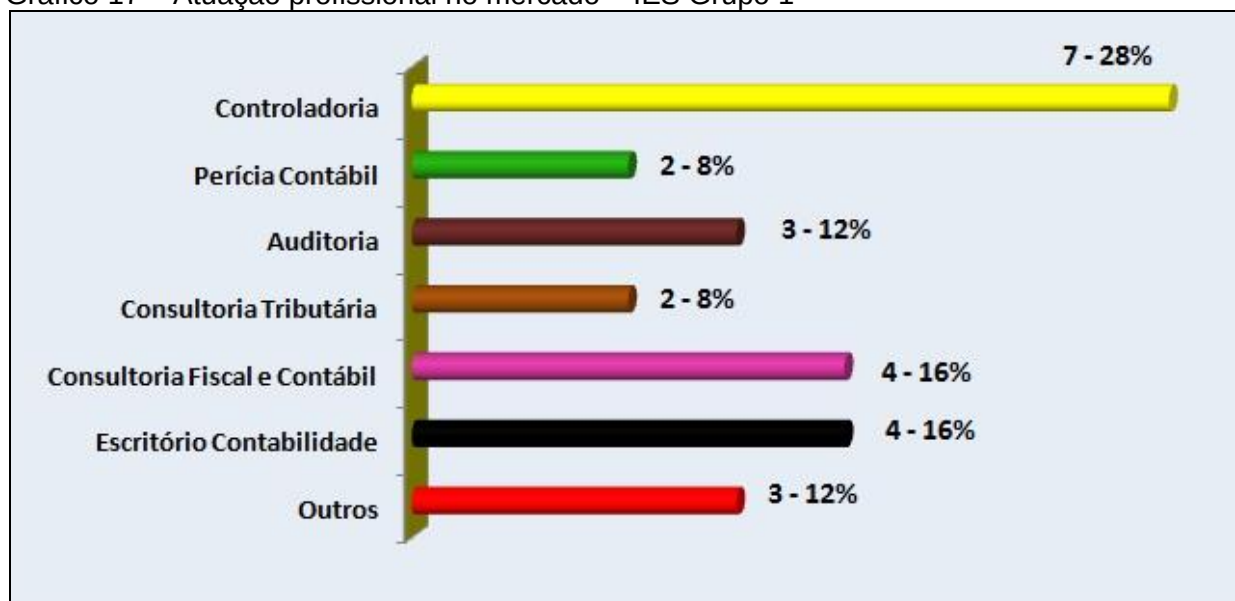
5.1) Experiência profissional fora coordenação do curso -

Em caso positivo. Qual a área de atuação?

- ☐ Escritório de Contabilidade
- ☐ Consultoria Fiscal e Contábil
- ☐ Consultoria Tributária
- ☐ Auditoria
- ☐ Perícia Contábil
- ☐ Controladoria
- ☐ Outros

A questão tem por finalidade avaliar a área de atuação de experiência profissional do coordenador, além da atividade acadêmica.

Gráfico 17 – Atuação profissional no mercado – IES Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 17 - Atuação profissional no mercado - IES Grupo 1

Área de atuação	Frequência	Part. %
Controladoria	7	28%
Perícia Contábil	2	8%
Auditoria	3	12%
Consultoria Tributária	2	8%
Consultoria Fiscal e Contábil	4	16%
Escritório Contabilidade	4	16%
Outros	3	12%
Total	25	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 18 – Atuação profissional no mercado – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 18 - Atuação profissional no mercado - IES Grupo 2

Área de atuação	Frequência	Part. %
Controladoria	2	18,18%
Perícia Contábil	0	0,00%
Auditoria	0	0,00%
Consultoria Tributária	1	9,09%
Consultoria Fiscal e Contábil	2	18,18%
Escritório Contabilidade	3	27,27%
Outros	3	27,27%
Total	11	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 17 demonstra predominância na área de controladoria dos coordenadores das IES grupo 1, representado por 28% do total das respostas, houve também destaque para as atividades de escritório de contabilidade e consultoria fiscal e contábil, ambos representados por 16%.

O gráfico 18 evidencia que escritórios de contabilidade e outras atividades são representados pela maioria das respostas dos coordenadores das IES grupo 2, ambos com 27,27% do total de respostas, controladoria e consultoria fiscal e contábil, apresentam 18,18% do total pesquisado.

Comparando os gráficos 17 e 18 podemos observar que a tendência dos profissionais dos dois grupos de questionários em algumas áreas são parecidas, embora apresentem divergência em relação a resposta “outros”. As áreas de atuação de escritório de contabilidade e consultoria apresentarem percentuais relevantes nas IES grupos 1 e 2 são positivas para o foco da pesquisa, pois essas áreas são muito abrangentes na contabilidade e englobam o conteúdo de normas internacionais de contabilidade nas empresas, e consequentemente traz estudos de caso, que podem ser sugeridos pelos coordenadores nas grades curriculares.

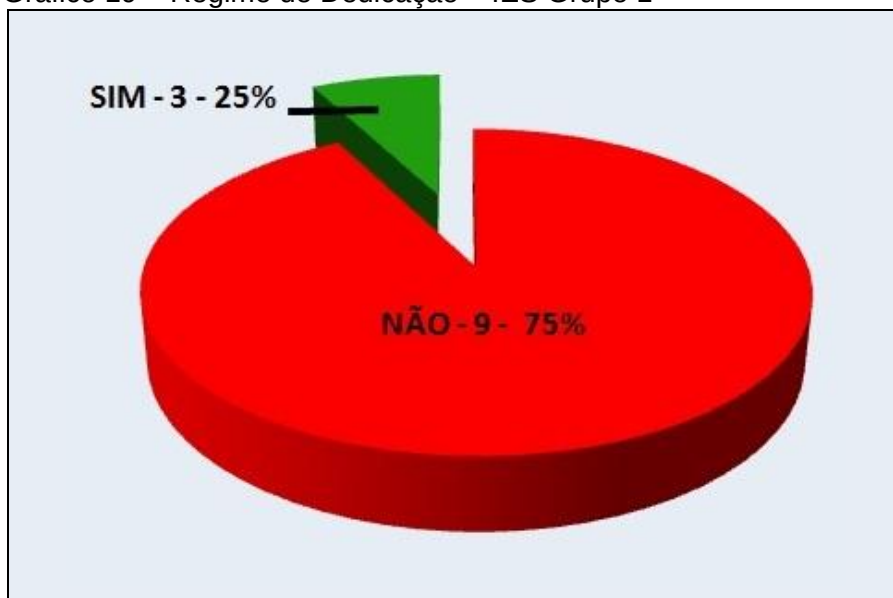
6) Trabalha em regime de Dedicção Exclusiva na coordenação da IES?

☐ Sim

☐ Não

A pergunta tem por objetivo avaliar se o coordenador dedica-se exclusivamente a coordenação ou exerce também outra atividade.

Gráfico 19 – Regime de Dedicção – IES Grupo 1



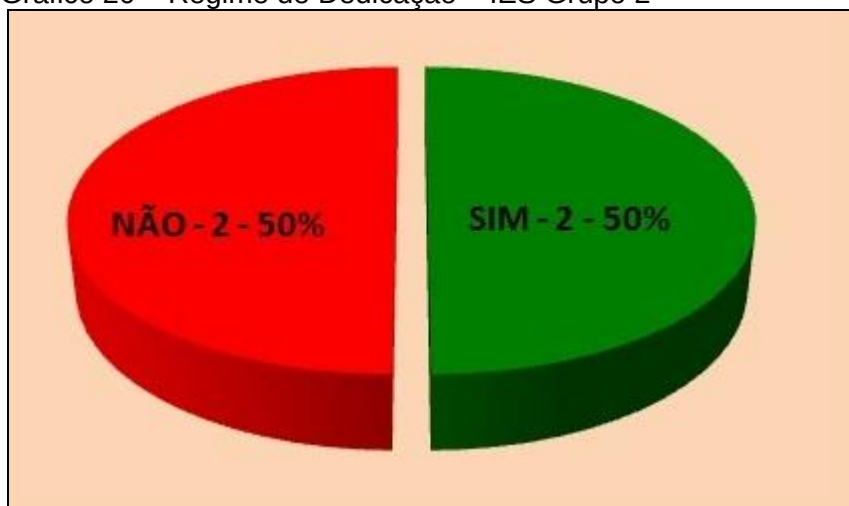
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 19 - Regime de Dedicção - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	3	25,00%
Não	9	75,00%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 20 – Regime de Dedicção – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 20 – Regime de Dedicação – IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	2	50,00%
Não	2	50,00%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 19 demonstra que dos doze coordenadores pesquisados, nove responderam que não possuem dedicação exclusiva, apenas 25% afirmaram executar atividade de coordenação em tempo integral.

As IES grupo 2 representadas pelo gráfico 20, as respostas ficaram divididas, sendo que 50% afirmaram efetuar a atividade de coordenação com exclusividade.

Na comparação entre os gráficos, em termos percentuais, as IES grupo 2 apresentam maior concentração de tempo exclusivo na coordenação. O professor coordenador que se dedica em tempo exclusivo consegue maior dedicação ao curso e consequentemente tem mais tempo de analisar sua grade curricular, aperfeiçoamento e acompanhamento dos professores de acordo com as diretrizes da IES.

7) Escolha TRÊS motivos que o (a) levaram a aceitar a coordenação de curso?

- ☐ Outro Motivo (Favor Especificar)
- ☐ Convite
- ☐ Prestígio
- ☐ Vocação
- ☐ Remuneração
- ☐ Exercer atividade de chefia e liderança
- ☐ Desejo de viver a experiência

A finalidade da questão é avaliar o que levou o coordenador a aceitar o cargo de coordenação do curso.

Gráfico 21 – Motivos – IES Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 21 - Motivos - IES Grupo 1

Motivo	Frequência	Part. %
Desejo viver a experiência	6	22,22%
Exercer Atividade de chefia e liderança	5	18,52%
Remuneração	0	0,00%
Vocação	3	11,11%
Prestígio	2	7,41%
Convite	11	40,74%
Outro Motivo(especificar)	0	0,00%
Total	27	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 22 – Motivos – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 22 - Motivos - IES Grupo 2

Motivo	Frequência	Part. %
Convite	3	30,00%
Prestígio	0	0,00%
Vocação	1	10,00%
Remuneração	0	0,00%
Exercer Atividade de chefia e liderança	3	30,00%
Desejo viver a experiência	3	30,00%
Outro Motivo(especificar)	0	0,00%
Total	10	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 21 demonstra que o motivo principal de aceitação dos coordenadores foi o item convite, representando 40,74% do total, o desejo de viver a experiência vem a seguir com 22,22% das respostas.

O gráfico 22 por sua vez demonstra um equilíbrio entre convite, desejo de viver a experiência e exercer cargo de chefia e liderança, todos com percentual de 30%.

Na comparação entre os dois gráficos, destaca-se que nenhum coordenador citou remuneração como motivo de aceitar a coordenação, conclui-se que o cargo de coordenação está voltado para profissionais preocupados com a educação, porém não tem na remuneração seu principal atrativo.

BLOCO 2 – NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS

4.3 – Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Neste bloco, através das questões de número 8 a 17 procurou-se obter informações relativas à aplicação das normas de contabilidade nas disciplinas do curso de Ciências Contábeis.

As questões foram as seguintes: As normas internacionais de contabilidade trouxeram mudanças significativas para a grade curricular do curso de Ciências Contábeis, a instituição de ensino do coordenador adotou disciplina específica para IFRS, as disciplinas da grade curricular que possuem conteúdo de IFRS, a

realização de palestras por órgãos de classe sobre a importância das IFRS, houve solicitação de palestras por parte da IES, realização de aulas específicas de normas internacionais para os alunos veteranos, em comparação com as abordagens anteriores, a instituição promove cursos de atualização de IFRS para os professores.

Os professores que ministram aulas de disciplinas de IFRS precisam atuar no mercado, a necessidade de disciplina específica de normas internacionais. A questão 17 foi aberta com a pergunta aos coordenadores a ser respondida no problema de pesquisa.

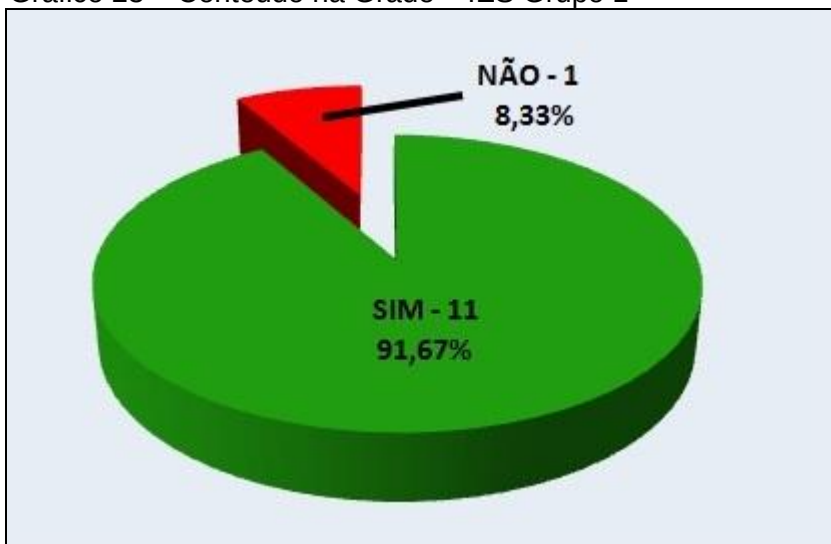
8) As Normas Internacionais de Contabilidade trouxeram enriquecimento de conteúdo em disciplinas da atual grade curricular do curso de Ciências Contábeis?

☐ Sim

☐ Não

A pergunta tem objetivo avaliar a opinião dos coordenadores quanto às mudanças das normas internacionais no curso de Ciências Contábeis.

Gráfico 23 – Conteúdo na Grade – IES Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 23 - Conteúdo na grade - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	11	91,67%
Não	1	8,33%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 24 - Conteúdo na Grade – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 24 - Conteúdo na grade - IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	4	100,00%
Não	0	0,00%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 23 mostra que onze coordenadores pesquisados entendem que as normas internacionais de contabilidade trouxeram mudanças significativas na grade curricular do curso de Ciências Contábeis, que corresponde a 91,67% do total.

Nas IES grupo 2 houve unanimidade nessa questão, conforme demonstrado no gráfico 24.

Nessa questão não há dúvidas quanto às mudanças significativas que as normas internacionais trouxeram para a grade curricular do curso de Ciências Contábeis, o que dá margem para todos os profissionais de educação envolvidos com o curso fazerem uma reflexão sobre a adaptação dos cursos a nova realidade.

O coordenador de uma das IES do grupo 2 pesquisadas respondeu que tem um núcleo estruturante na instituição e que isso está sendo estudado minuciosamente.

9) A Instituição de Ensino que o Coordenador (a) trabalha adotou disciplina específica para IFRS? Caso Positivo favor identificar.

- ☐ Sim - Qual? _____
- ☐ Não

A questão tem objetivo avaliar se atualmente existe disciplina específica sobre normas internacionais de contabilidade na grade curricular do curso de Ciências Contábeis

Gráfico 25 –Disciplina específica – IES Grupo 1



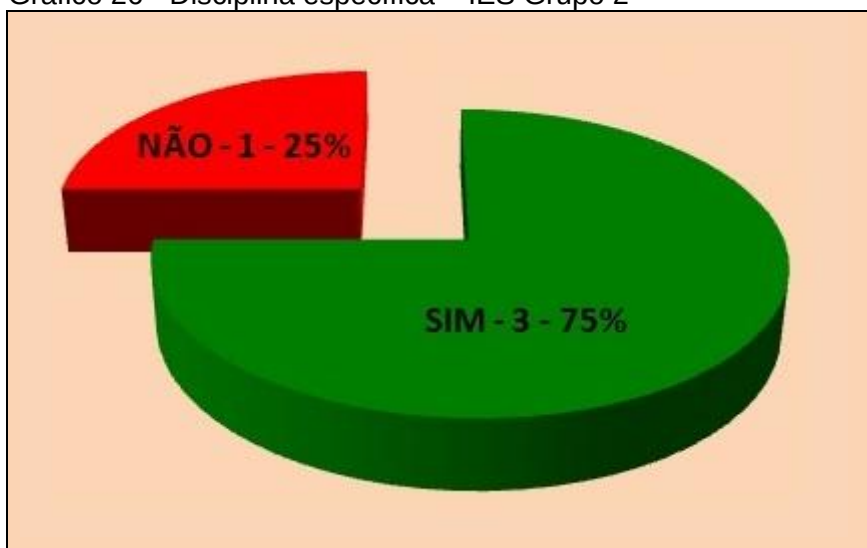
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 25 - Disciplina específica - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	8	66,67%
Não	4	33,33%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 26 - Disciplina específica – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 26 - Disciplina específica – IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	3	75,00%
Não	1	25,00%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 23 demonstra que a maioria dos coordenadores adotou disciplina específica para a grade curricular, do universo pesquisado de doze profissionais, oito coordenadores, ou seja, 66,67% do total responderam adotar disciplina específica, no entanto apenas cinco definiram a disciplina, as respostas foram divididas em: três para Contabilidade Internacional e dois para Contabilidade Societária. O gráfico 24, que representa as IES grupo 2, três responderam que adotam a disciplina Contabilidade Internacional, representa 75% do total.

Uma comparação realizada entre os gráficos mostra que já existe uma preocupação com as normas internacionais por parte dos coordenadores com as normas internacionais no curso e até adotam disciplina específica, no entanto não há um padrão definido para os dois grupos pesquisados.

10) Quais disciplinas da grade curricular possuem conteúdo de IFRS?

- ☐ Controladoria
- ☐ Contabilidade Pública
- ☐ Contabilidade Internacional
- ☐ Contabilidade Societária
- ☐ Auditoria
- ☐ Perícia Contábil
- ☐ Contabilidade Gerencial
- ☐ Contabilidade Intermediária
- ☐ Contabilidade Introdutória
- ☐ Outras (Favor Especificar)

A pergunta tem objetivo avaliar quais disciplinas abordam conteúdo de normas internacionais.

Gráfico 27 – Disciplina da Grade Curricular –IES Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 27 – Disciplinas da Grade Curricular - IES Grupo 1

Disciplina	Frequência	Part. %
Controladoria	4	9,52%
Contabilidade Pública	1	2,38%
Contabilidade Internacional	11	26,19%
Contabilidade Societária	6	14,29%
Auditoria	3	7,14%
Perícia Contábil	2	4,76%
Contabilidade Gerencial	3	7,14%
Contabilidade Intermediária	6	14,29%
Contabilidade Introdutória	4	9,52%
Outras	2	4,76%
Total	42	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 28 – Disciplina da Grade Curricular – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 28 – Disciplinas da Grade Curricular - IES Grupo 2

Disciplina	Frequência	Part. %
Controladoria	2	6,67%
Contabilidade Pública	2	6,67%
Contabilidade Internacional	4	13,33%
Contabilidade Societária	4	13,33%
Auditoria	3	10,00%
Perícia Contábil	2	6,67%
Contabilidade Gerencial	2	6,67%
Contabilidade Intermediária	4	13,33%
Contabilidade Introdutória	4	13,33%
Outras	3	10,00%
Total	30	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 25 demonstra a disciplina de Contabilidade Internacional, com 26,19% das respostas, seguido de Contabilidade Intermediária e Contabilidade Societária, ambas representando 14,29% do total pesquisado.

O gráfico 26 demonstra equilíbrio nas IES grupo 2, pelo fato dos coordenadores afirmarem que as normas internacionais são ensinadas em quase todas as disciplinas.

As respostas mostram que a disciplina de Contabilidade Internacional está sendo apontada pela maioria das questões, no entanto não possui ainda uma padronização por parte das IES em relação a essa abordagem.

Na comparação ficou evidente que as IES grupo 2 adotam normas internacionais em um número muito maior de disciplinas em relação às faculdades, esta análise só foi possível na leitura dos questionários, uma vez que o gráfico considera apenas o número de respostas.

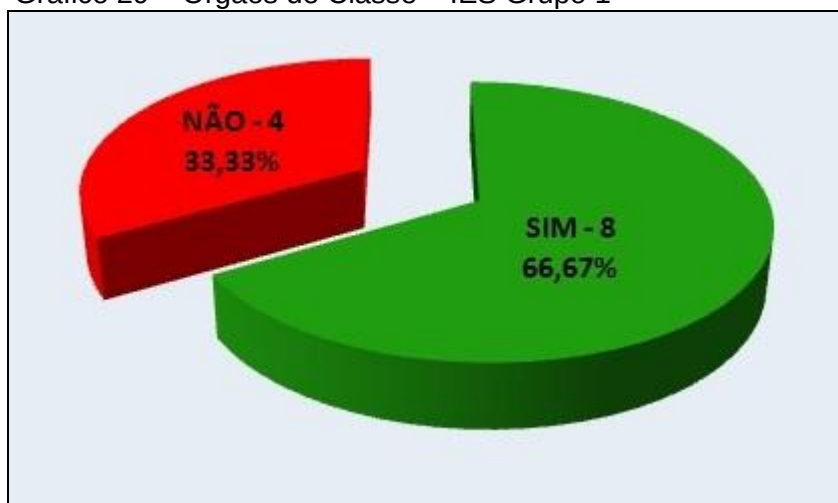
11) Os órgãos de classe: CRC/SP, Sindicato dos Contabilistas ou Associações realizaram palestras na sua instituição de ensino com explicações da importância das Normas Internacionais de Contabilidade?

☐ Sim

☐ Não

A pergunta tem a finalidade de avaliar se os órgãos de classe contábil visitaram as IES para realização de palestras e seminários.

Gráfico 29 – Órgãos de Classe – IES Grupo 1



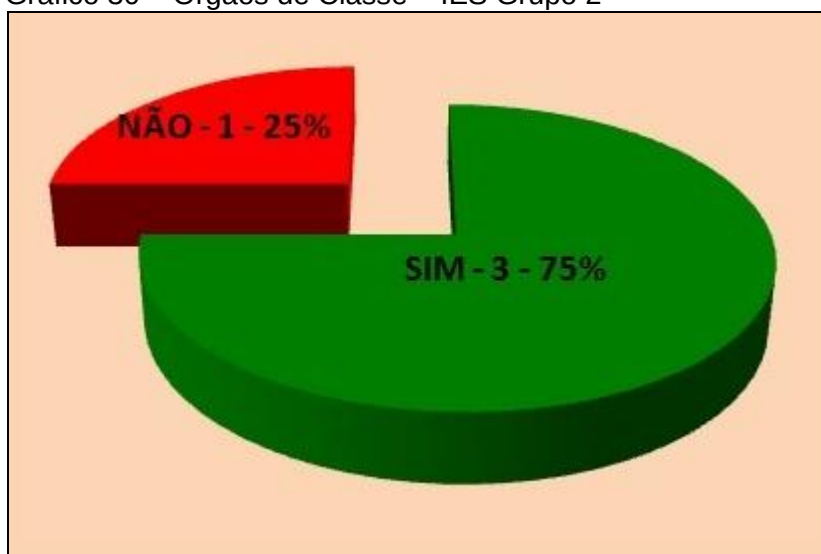
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 29 - Órgãos de classe - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	8	66,67%
Não	4	33,33%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 30 – Órgãos de Classe – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 30 - Órgãos de classe - IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	3	75,00%
Não	1	25,00%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 29 demonstra que os órgão de classe visitaram 66,67% das instituições pesquisadas, de acordo com a respostas dos coordenadores. Em relação às IES Grupo 2, dos quatro que participaram da pesquisa, três responderem receber visitas dos órgãos de classe com palestras e seminários de normas internacionais de contabilidade.

A pergunta tem também objetivo avaliar quantas vezes os órgãos de classe contábil visitaram as instituições de ensino para ministrar palestras e seminários.

Em caso positivo. Quantas vezes?

- ☐ Uma
- ☐ Duas
- ☐ Três
- ☐ Quatro
- ☐ Acima de quatro

Gráfico 31 – Numero de Palestras – IES Grupo 1



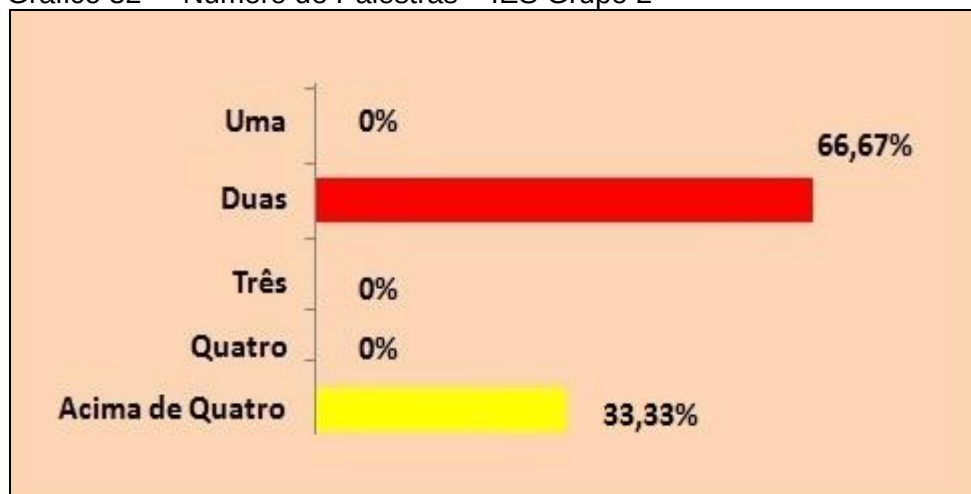
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 31 - Número de palestras - IES Grupo 1

Visitas	Frequência	Part. %
Uma	5	62,50%
Duas	3	37,50%
Três	0	0,00%
Quatro	0	0,00%
Acima de Quatro	0	0,00%
Total	8	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 32 – Numero de Palestras – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 32 - Número de palestras - IES Grupo 2

Visitas	Frequência	Part. %
Uma	0	0,00%
Duas	2	66,67%
Três	0	0,00%
Quatro	0	0,00%
Acima de Quatro	1	33,33%
Total	3	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 31 demonstra que das oito IES do grupo 1 visitadas pelos órgãos de classe, 5 receberam apenas uma visita e 3 receberam duas.

O gráfico 32, por sua vez, demonstra que duas foram visitadas 2 vezes e um recebeu visita de órgãos de classe por mais de quatro vezes.

Em comparação aos dois gráficos, o número de visitas foi maior nas IES grupo 2, pode haver duas hipóteses que justificam esse fato, as IES do grupo 2, são mais conhecidas ou o coordenador por se dedicar em tempo integral às atividades, consegue maior dedicação no contato com esses órgãos.

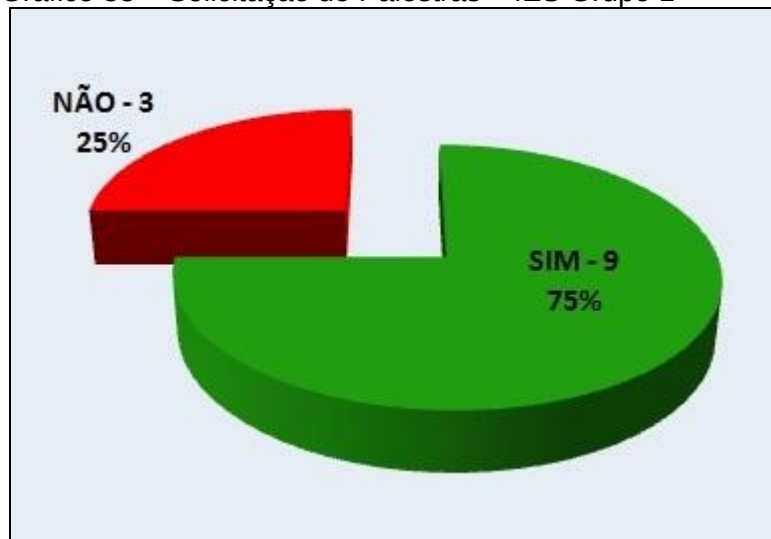
12) A sua instituição solicitou a esses órgãos de classe palestras ou seminários para os alunos do curso de Ciências Contábeis?

☐ Sim

☐ Não

A pergunta tem por objetivo avaliar o interesse dos coordenadores pelas palestras e seminários ministradas por órgãos de classe contábil

Gráfico 33 – Solicitação de Palestras – IES Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 33 - Solicitação de Palestras - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	9	75,00%
Não	3	25,00%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 34 – Solicitação de Palestras – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 34 - Solicitação de Palestras - IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	3	75,00%
Não	1	25,00%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 31 mostra que das doze instituições pesquisadas, nove responderam solicitar palestras aos órgãos de classe e três não demonstraram interesse, representam 30% do total.

O gráfico 32 demonstra que 75% das respostas das IES grupo 2 responderam solicitar esses eventos aos órgãos.

Em comparação, mostra que a maioria dos coordenadores das IES Grupos 1 e 2 demonstrou interesse de solicitar palestras e seminários aos órgãos de classe.

13) A IES que o Coordenador (a) trabalha realiza aulas de adaptações específicas de IFRS para os alunos veteranos de comparação entre as abordagens anteriores e atuais, principalmente nas Demonstrações Financeiras?

☐ Sim

☐ Não

A pergunta tem objetivo avaliar se coordenador realiza aulas de adaptações de normas internacionais para os alunos a partir do segundo ano, comparando com as normas anteriores.

Gráfico 35 –Adaptações – IES Grupo 1



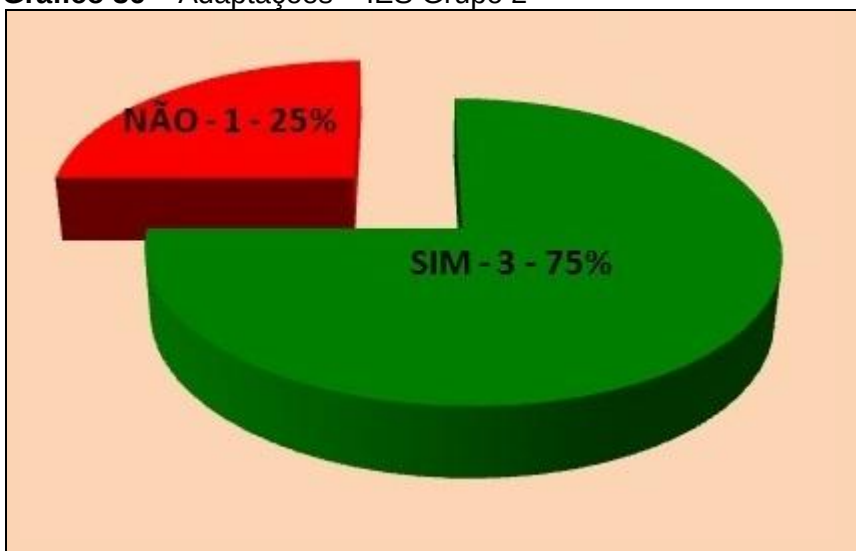
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 35 - Adaptações - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	2	16,67%
Não	10	83,33%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 36 – Adaptações – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 36 - Adaptações - IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	3	75,00%
Não	1	25,00%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 35 demonstra que a maioria dos coordenadores das IES grupo 1, representado no gráfico por 83,33% não realizam abordagens de comparação entre a adoção das normas internacionais e normas antigas para alunos a partir do segundo ano.

As IES do grupo 2 por sua vez, conforme demonstrado no gráfico 34, 75% dos coordenadores responderam realizar essas adaptações de conteúdo para os alunos a partir do segundo ano.

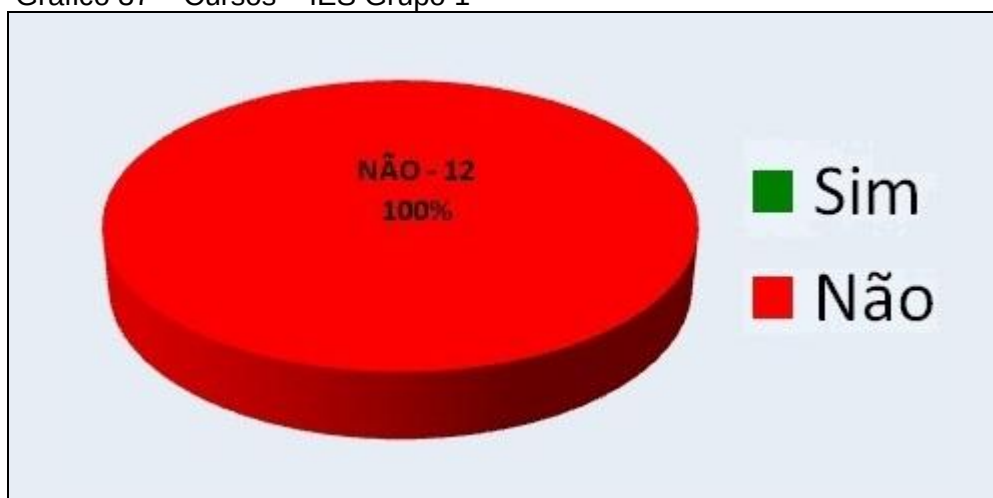
Na questão fica evidente maior preocupação das IES Grupo 2 nesse aspecto, para o aluno veterano que irá para o mercado é fundamental essas adaptações.

14) A Instituição de Ensino que o Coordenador (a) trabalha promove cursos de atualização de IFRS para os professores?

- ☐ Sim; Quais?
- ☐ Não

A pergunta tem objetivo avaliar a atualização através de cursos internos das instituições de ensino.

Gráfico 37 – Cursos – IES Grupo 1



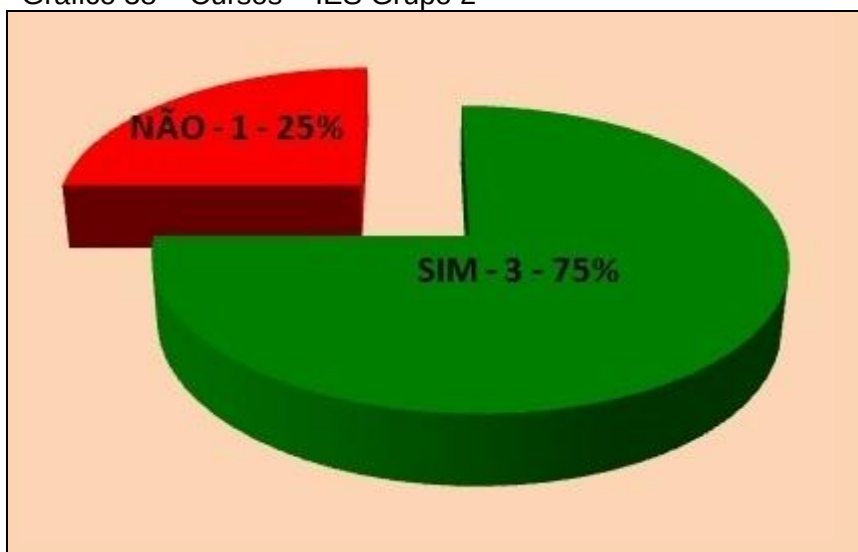
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 37 - Cursos - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	0	0%
Não	12	100%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 38 – Cursos – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 38 - Cursos - IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	3	75,00%
Não	1	25,00%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 37 demonstra que as IES grupo 1 não promovem cursos de atualização de IFRS para professores, a resposta dos coordenadores foi unânime, ou seja, 100% conforme demonstrado no gráfico.

O gráfico 38 que representa as respostas das IES grupo 2, três dos quatro coordenadores afirmaram promover cursos de atualização, efetuado por profissionais da própria instituição de ensino.

Nessa questão houve uma diferença grande nas respostas na comparação das IES grupos 1 e 2, nas IES grupo 2 todas as respostas positivas apontaram que esses cursos são realizados pelos próprios professores pesquisadores que tem conhecimento no assunto.

As IES com curso de mestrado possuem departamento de pesquisa, portanto têm melhores condições às adaptações das novas normas internacionais a grade curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis, as IES que não possuem programa de mestrado tem essa preocupação, mas não possuem condições de atualizar os professores nas mesmas condições do grupo 2.

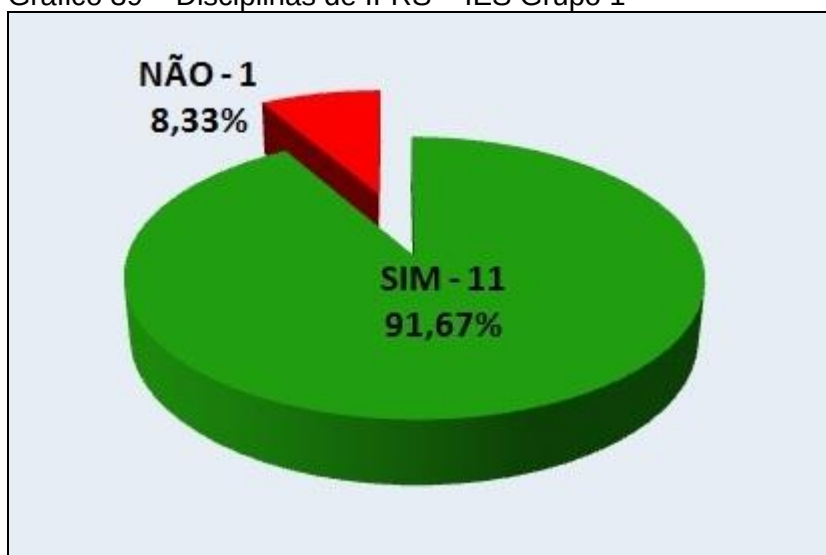
15) Em sua opinião, é necessário que professores que ministram aulas em disciplinas que tenham conteúdos de IFRS atuem como profissional no mercado?

☐ Sim

☐ Não

A pergunta tem a finalidade de avaliar se professores que ministram disciplinas que tenham conteúdo de normas internacionais atuem no mercado, na opinião dos coordenadores.

Gráfico 39 – Disciplinas de IFRS – IES Grupo 1



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 39 - Disciplinas de IFRS - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	11	91,67%
Não	1	8,33%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 40 – Disciplinas de IFRS – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 40 – Disciplinas de IFRS –IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	1	25,00%
Não	3	75,00%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 39 demonstra que a maioria dos coordenadores pesquisados representado por 91,67% conforme demonstrado acima acreditam que os professores que ministram aulas de IFRS precisam atuar no mercado.

O gráfico 40 mostra o contrário, nas IES grupo 2 a maioria dos coordenadores responderam não ser necessário o profissional atuar no mercado para ministrar aulas que tenham conteúdo de IFRS.

Uma comparação entre os gráficos ficou evidente que os coordenadores divergem na questão, os coordenadores das IES Grupo 2 entendem que as IFRS podem ser aprendidas com base em pesquisa e não necessariamente por profissionais que atuem no mercado.

16) Em sua opinião, é necessária a adoção de uma disciplina com foco específico em Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS?

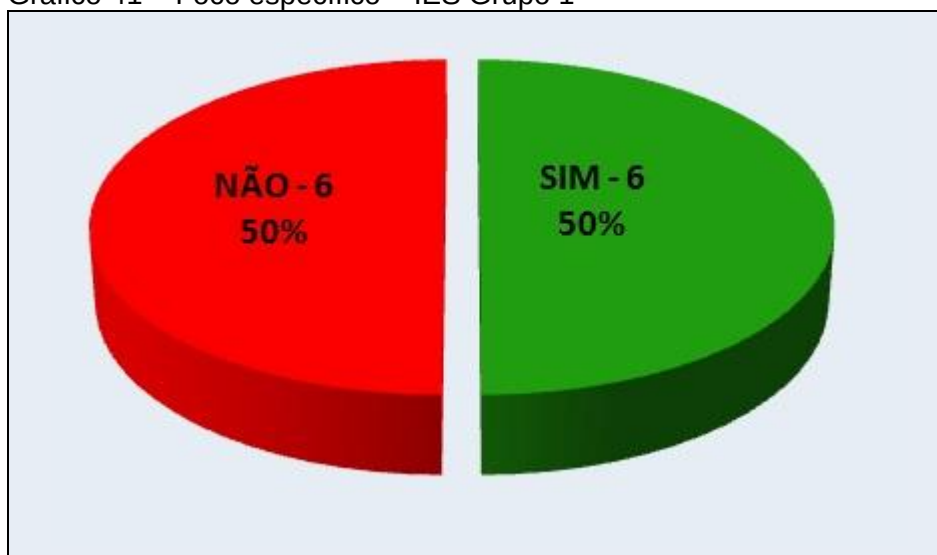
☐ Sim

☐ Não

Caso positivo, quantas horas/aula seriam ideais?

A pergunta tem objetivo avaliar a opinião dos coordenadores em relação as adoção de uma disciplina exclusiva para normas internacionais de contabilidade.

Gráfico 41 – Foco específico – IES Grupo 1



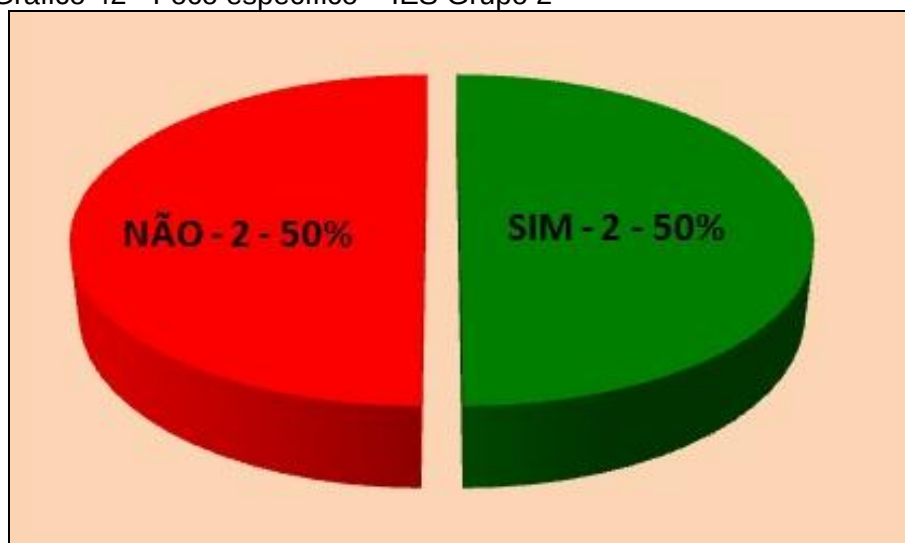
Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 41 - Foco específico - IES Grupo 1

Opção	Frequência	Part. %
Sim	6	50%
Não	6	50%
Total	12	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 42 - Foco específico – IES Grupo 2



Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 42 - Foco específico - IES Grupo 2

Opção	Frequência	Part. %
Sim	2	50,00%
Não	2	50,00%
Total	4	100%

Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico 41 mostra um equilíbrio nas respostas, ou seja, metade dos coordenadores entendem ser necessário disciplina específica para Normas Internacionais de Contabilidade, os 50% restantes não acham necessário adotar essa disciplina.

O gráfico 42, que representa as IES Grupo 2 tiveram resposta proporcionalmente iguais ao gráfico 41.

Na comparação, em termos proporcionais, houve convergência de opiniões.

17) Como as Normas Internacionais de Contabilidade podem impactar a formação do futuro profissional de contabilidade?

A pergunta é citada no problema da pesquisa e tem por objetivo avaliar as opiniões dos coordenadores em relação aos impactos das normas internacionais de contabilidade para o futuro profissional da área.

Em relação à questão 17, dos doze coordenadores pesquisados nas IES Grupo 1, dez responderam a questão, nas IES Grupo 2 todos responderam, alguns destacaram a importância das normas para o profissional que atua em empresas de grande porte, multinacionais e atividade de auditoria.

Pode-se concluir que o contador para trabalhar nessas atividades deverá ter sólidos conhecimentos de normas internacionais até mesmo para ter espaço no mercado.

Um participante da pesquisa entende que nas pequenas empresas essa mudança será mais demorada.

Houve uma resposta muito abrangente citada pelo coordenador de uma faculdade: “As Normas Internacionais de Contabilidade devem provocar na formação do profissional de contabilidade mudanças na filosofia de ensino, com objetivo de criar condições de julgamento, capacidade mensurar o patrimônio com uso adequado de métodos quantitativos e radical redução do ensino de regras e instrumentos normativos. A metodologia contábil deve ser destacada na sua essência econômica.”

A resposta do coordenador resume a importância dessa alteração que traz mudanças de cultura e filosofia no ensino da contabilidade, o profissional a partir de agora terá que entender os princípios de contabilidade, um coordenador cita a importância da essência sobre a forma, baseado em princípios contábeis.

Finalmente, os coordenadores que responderam a questão entendem que as normas internacionais de contabilidade trouxeram mudanças profundas para o profissional no futuro, necessário é por em prática essas mudanças no que se refere à estrutura curricular do curso superior de Ciências Contábeis o mais breve possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Normas Internacionais de Contabilidade trouxeram mudanças significativas para a contabilidade e divulgação das demonstrações financeiras nas empresas brasileiras desde o ano de 2008, o estudante do curso superior de Ciências Contábeis deverá possuir sólidos conhecimentos das normas internacionais e suas aplicações quando procurar espaço no mercado de trabalho. A proposta da presente pesquisa foi verificar se as mesmas normas fazem parte da grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis de algumas IES localizadas no município de São Paulo na visão dos coordenadores de curso e dividido em dois grupos para efeito de comparação:

- Instituições de Ensino Superior denominadas faculdades com curso de contabilidade que não possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis, denominadas no trabalho como IES Grupo 1.
- Instituições de Ensino Superior com curso de contabilidade que possuem programa de mestrado em Ciências Contábeis, denominadas no trabalho como IES Grupo 2.

Através da aplicação de um questionário foram obtidas 16 respostas do universo das 20 instituições pesquisadas e constatou-se que as IES do grupo 2 estão melhores preparadas para o ensino das normas internacionais para os seus alunos, pelo fato de possuírem programa de mestrado em Ciências Contábeis os docentes tem maiores condições e estímulos para pesquisa e tem a preocupação com os profissionais que estão lecionando para os alunos da graduação, na maioria das respostas promovem programas internos de capacitação de normas internacionais para os professores, enquanto que nas instituições do grupo 1 nenhum coordenador afirmou que a IES adota essa prática

O coordenador de curso de uma IES do grupo 2 afirmou possuir um núcleo docente estruturante para a formulação que serão aprovadas pelo conselho de

departamento e depois referendadas pelo conselho da faculdade. Esta iniciativa fica como sugestão para adoção nas outras IES.

O resultado da pesquisa mostra também que os coordenadores, em sua maioria afirmam que as alterações das normas trouxeram impactos significativos para a grade curricular do curso, no entanto não há uma padronização por partes das IES de adoção de disciplina específica com o conteúdo que atualmente é ministrado em diversas disciplinas.

O conteúdo de normas internacionais envolve todas as disciplinas específicas de contabilidade da grade curricular, minha sugestão é a adoção a partir do terceiro ou quinto semestre do curso de uma disciplina específica, com carga horária mínima de 80 horas.

Por fim, pode-se concluir que embora os coordenadores de cursos manifestem preocupação com as normas internacionais, elas não trouxeram impactos significativos para os cursos de graduação de Ciências Contábeis nas IES pesquisadas.

SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A presente pesquisa não pretende esgotar a discussão do assunto, pelo contrário, tem por objetivo chamar a atenção dos coordenadores e docentes dos cursos superiores de Ciências Contábeis da IES brasileiras sobre a importância das normas internacionais nas grades curriculares dos cursos, o futuro profissional da área contábil deverá ser preparado para um mercado de trabalho exigente e sem conhecimentos sólidos de normas internacionais poderá ter dificuldade neste mercado.

Sugestões propostas para futuras pesquisas:

- A aplicação da pesquisa daqui alguns anos podem trazer resultados adversos do presente trabalho, pelo fato de ser um assunto novo no ambiente acadêmico;
- A pesquisa pode ser aplicada na visão dos docentes, ou seja, ou professores que ministram as disciplinas específicas de contabilidade;
- A pesquisa pode ser aplicada também na visão dos discentes a partir do terceiro ou quinto semestre do curso de Ciências Contábeis.

REFERÊNCIAS

ANDERE Maira Assaf; ARAÚJO Adriana M. Procópio. **Aspectos da Formação do Professor de Ensino Superior de Ciências Contábeis: Uma Análise dos Programas de Pós-Graduação**, 2008. Artigo (Revista de Contabilidade e Finanças - USP) – Edição 48 – Volume 19, São Paulo, 2008.

COLLIS Jill, HUSSEY Roger, **Pesquisa em Administração**, Porto Alegre: 2005, Bookman.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em www.cfc.gov.br. Acesso em 10/03/2012

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em www.cpc.org.br. Acesso em 15/03/2012.

CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em www.cvm.gov.br. Acesso em 12/03/2012

ERNEST & YOUNG, FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade**. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Desenvolvida pelo Ministério da Educação. Disponível em www.inep.gov.br. Acesso em 07/12/2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

LIMA, Luiz Murilo Strube. **IFRS Entendendo e Aplicando as Normas Internacionais de Contabilidade** São Paulo: Atlas, 2010.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa – Uma introdução** São Paulo: Educ, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos; Dias, Reinaldo; Traldi, Maria Cristina. **Monografia para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____, José Carlos. **O Ensino da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____, José Carlos; ROBLES JR., Antonio. A busca da qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil: **Revista Conselho Regional de Contabilidade**. São Paulo, ano 1, n.5 p. 38-45 julho, 1998.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro; Escola Politécnica: Possivelmente o Primeiro Curso formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Revista de Contabilidade e Finanças - USP**, n. 42, p. 113-122, São Paulo, Set/Dez, 2008.

MOURAD, Nabil Ahmad; PARASKEVOPOULOS, Alexandre. IFRS – Introdução às Normas Internacionais de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Antônio Benedito S. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PRICEWATERHOUSECOOPERS-PWC. **Manual de Contabilidade IFRS/CPC**. São Paulo: Saint Paul, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHMIDT, Paulo, SANTOS, José Luiz dos, FERNANDES, Luciane Alves. **Demonstrações Contábeis das Companhias Abertas**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **História da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Amado Francisco da. **A Contabilidade brasileira do século XIX – leis, ensino e literatura**, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SOARES, Maria Alves. **Aplicação do Método de Ensino Problem Based Learning (PBL) no Curso de Ciências Contábeis: Um Estudo Empírico**, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

SONTAG, Anderson Giovane; HUFF, Giovane; HOFER, Elza; LANGARO, Jerri Antonio. **Fatores que influenciam a opção pelo curso de Ciências Contábeis. VI Seminário de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel**. Cascavel: UNIOESTE, 2007. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/trabalhos.html>. Acesso em 29 Abr. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

REFERÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO

Banco Central de Brasil. **Comunicado 14.259**, de 10 de março de 2006. Dispõe sobre procedimentos para convergência das normas internacionais de contabilidade e auditoria para instituições financeiras Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso em 02 Mai. 2012

BRASIL. **Lei 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 28 Abr. 2012

BRASIL. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 1946. Dispõe sobre as Normas Internacionais de Contabilidade Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 28 Abr. 2012

_____. **Lei 11.941**, de 27 de maio de 1946. Dispõe sobre as Normas Internacionais de Contabilidade Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 28 Abr. 2012

_____. **Lei no. 12.249**, de 11 de Junho de 2010. Altera a lei de Regência da função contábil, Brasília. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm . Acesso em 28 Abr. 2012

_____. **Decreto-Lei 9.295**, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda - livros e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/uparg/lei1249.pdf>. Acesso em 28 Abr. 2012

BRASIL. **Resolução CNE/CES, n. 10**, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado e da outras providências. Brasília: MEC, 2004. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/> Acesso em 28 Abr. 2012.

_____. **Resolução CNE/CES, n. 2**, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília: MEC, 2007. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/>. Acesso em 28 Abr. 2012.

_____. **Resolução CNE/CES, nº 3**, de 3 outubro de 1992. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis. Brasília: MEC, 1992. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/>. Acesso em 28 Abr. 2012.

_____. **Resolução CNE/CES, nº 4**, de 02 de Julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf. Acesso em 28 Abr. 2012.

_____. **Parecer 289**, de 06 de Novembro de 2003. CNE/CES Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em ciências contábeis. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0289.pdf> Acesso em 29 Abr. 2012.

_____. **Parecer 0146**, de 03 de abril de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Brasília, 2002. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>. Acesso em 29 Abr. 2012.

Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação nº 488**, de 02 de outubro de 2005. Dispõe sobre Divulgação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em 29 Abr. 2012.

Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação nº 520**, de 15 de maio de 2007. Dispõe sobre Audiência Pública e aceitação pela CVM dos pronunciamentos técnicos do CPC Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em 29 Abr. 2012.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC nº 01**, de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Redução dos Valores Recuperáveis de Ativos. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em 29 Abr. 2012.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC nº 12**, de 05 de dezembro de 2008. Dispõe sobre Ajuste a Valor Presente. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em 29 Abr. 2012.

Superintendência de Seguros Privados. **CIRCULAR nº 357**, de 26 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade Disponível em: <http://www.cpc.org.br>. Acesso em 29 Abr. 2012.

ANEXOS

Anexo 1 – A Pesquisa Desenvolvida

QUESTIONÁRIO

Nome da Instituição de Ensino: _____

BLOCO 1- PERFIL DO COORDENADOR

1) Gênero:

☐ Masculino

☐ Feminino

2) Idade:

☐ Até 35 anos

☐ De 36 a 40 anos

☐ De 41 a 45 anos

☐ De 46 a 50 anos

☐ De 51 a 55 anos

☐ De 56 a 60 anos

☐ De 61 a 65 anos

☐ Acima de 65 anos

3) Formação Acadêmica Completa:

Nível	Curso
Graduação	☐ Ciências Contábeis ☐ Ciências Econômicas ☐ Administração ☐ Outro Curso

Especialização (Lato Sensu)	☐ Ciências Contábeis ☐ Ciências Econômicas ☐ Administração ☐ Outro Curso
Mestrado	☐ Ciências Contábeis ☐ Ciências Econômicas ☐ Administração ☐ Outro Curso
Doutorado	☐ Ciências Contábeis ☐ Ciências Econômicas ☐ Administração ☐ Outro Curso

4) Tempo de Exercício na Coordenação do Curso de Ciências Contábeis:

- ☐ Até 3 anos
- ☐ De 4 a 6 anos
- ☐ De 7 a 10 anos
- ☐ De 10 a 15 anos
- ☐ Acima de 15 anos

5) Possui experiência profissional fora da coordenação de curso?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Em caso positivo. Qual a área de atuação?

- ☐ Escritório de Contabilidade
- ☐ Consultoria Fiscal e Contábil
- ☐ Consultoria Tributária
- ☐ Auditoria
- ☐ Perícia Contábil
- ☐ Controladoria
- ☐ Outros

6) Trabalha em regime de Dedicação Exclusiva na coordenação da IES?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7) Escolha TRÊS motivos que o (a) levaram a aceitar a coordenação de curso?

- ☐ Desejo de viver a experiência
- ☐ Exercer atividade de chefia e liderança
- ☐ Remuneração
- ☐ Vocação
- ☐ Prestígio
- ☐ Convite
- ☐ Outro Motivo (Favor Especificar)

BLOCO 2 – NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS

8) As Normas Internacionais de Contabilidade trouxeram enriquecimento de conteúdo em disciplinas da atual grade curricular do curso de Ciências Contábeis?

- ☐ Sim
- ☐ Não

9) A Instituição de Ensino que o Coordenador (a) trabalha adotou disciplina específica para IFRS? Caso Positivo favor identificar.

☐ Sim - Qual? _____

☐ Não

10) Quais disciplinas da grade curricular possuem conteúdo de IFRS?

☐ Contabilidade Introdutória

☐ Contabilidade Intermediária

☐ Contabilidade Gerencial

☐ Perícia Contábil

☐ Auditoria

☐ Contabilidade Societária

☐ Contabilidade Internacional

☐ Contabilidade Pública

☐ Controladoria

☐ Outras (Favor Especificar)

11) Os órgãos de classe: CRC/SP, Sindicato dos Contabilistas ou Associações realizaram palestras na sua instituição de ensino com explicações da importância das Normas Internacionais de Contabilidade?

☐ Sim

☐ Não

Em caso positivo. Quantas vezes?

☐ Uma

☐ Duas

☐ Três

☐ Quatro

☐ Acima de quatro

12) A sua instituição solicitou a esses órgãos de classe palestras ou seminários para os alunos do curso de Ciências Contábeis?

☐ Sim

☐ Não

13) A IES que o Coordenador (a) trabalha realiza aulas de adaptações específicas de IFRS para os alunos a partir do segundo ano de comparação entre as abordagens anteriores e atuais, principalmente nas Demonstrações Financeiras?

☐ Sim

☐ Não

14) A Instituição de Ensino que o Coordenador (a) trabalha promove cursos de atualização de IFRS para os professores?

☐ Sim;

Quais?

.....

☐ Não

15) Em sua opinião, é necessário que professores que ministram aulas em disciplinas que tenham conteúdos de IFRS atuem como profissional no mercado?

☐ Sim

☐ Não

16) Em sua opinião, é necessária a adoção de uma disciplina com foco específico em Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS?

☐ Sim

☐ Não

Caso positivo, quantas horas/aula seriam ideais?

.....

17) Como as Normas Internacionais de Contabilidade podem impactar a formação do futuro profissional de contabilidade?

.....

Nome do Coordenador (opcional)_____

Gostaria de receber o resultado da pesquisa, por e-mail, após a defesa da dissertação?

☐ Sim

☐ Não

E-mail do Coordenador:

18)Deixe aqui seus comentários (opcional):

.....

.....

.....

.....

Muito obrigado pela colaboração. Sua contribuição será de grande valia.